

## Quem disse ?

«O meu sonho de Abril era outro. Era que o 25 de Abril avançasse mais em questões sociais. Ainda há muita gente com fome, ainda há muita gente sem casa. Fazia parte do meu sonho revolucionário acabar com estes problemas.»

**Hermínio da Palma Inácio**  
Público, 20 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1008 25 FEVEREIRO 1999 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Congresso do PSE em Milão

### Guterres impulsiona combate ao desemprego

António Guterres vai apresentar na segunda-feira, em Milão, o documento mais importante do Congresso do Partido Socialista Europeu (PSE) e que é dedicado à questão do emprego. O secretário-geral do partido foi escolhido para esta tarefa após a cimeira de líderes do PSE, no mês passado, em Viena.

Até terça-feira, na segunda maior cidade italiana, os dirigentes socialistas da União Europeia vão debater a questão do emprego, do combate à criminalidade organizada, bem como aprovarão em definitivo o manifesto com o qual se apresentarão às eleições europeias, em Junho próximo.

O documento proposto por António Guterres dá grande destaque à necessidade de haver maior coordenação das políticas económicas entre os «Quinze» Estados-membros. Por outro lado, acentua o carácter vital de os próximos orçamentos da União Europeia privilegiarem as despesas de investimento, quer na construção de novas infra-estruturas, quer para um acesso mais fácil ao crédito.

Estas ideias ficaram já assentes na reunião de quinta-feira passada, no Hotel Altis, em Lisboa, onde António Guterres reuniu o grupo de trabalho do PSE dedicado à questão do emprego. Nessa reunião, entre outros dirigentes socialistas, esteve presente o secretário-geral do PSOE, Joaquín Almunia. O convidado de honra foi o ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors.

Jacques Delors, a convite da Fundação Mário Soares, também participou na reunião da Associação «Notre Europe», a qual preside, e que teve como finalidade promover uma reflexão alargada sobre os caminhos da União Europeia. Tal como o ex-primeiro-ministro espanhol, Felipe Gonzalez, que igualmente esteve em Lisboa, Jacques Delors demonstrou entusiasmo perante a possibilidade de Mário Soares ser o futuro presidente do Parlamento Europeu.

## PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL

### VENCER O ATRASO DE PORTUGAL NO ESPAÇO DE UMA GERAÇÃO

Anunciadas globalmente pelo primeiro-ministro no final do ano passado, na sequência das dúvidas em torno da Junta Autónoma de Estradas (JAE), o Governo apresentou na semana passada, na Assembleia República, as novas medidas que visam combater a criminalidade organizada de forma mais eficaz. Sem grande contestação por parte dos partidos da oposição, Vera Jardim explicou os motivos que levam o Executivo a legislar a favor da protecção das testemunhas e no sentido de facilitar o acesso a contas bancárias com origem suspeita. Na mesma linha, o Governo também pretende desagravar as penas para os corruptores activos que se revelem decisivos na descoberta de corruptores passivos ao longo das investigações policiais.



## Sociedade & País

### Capoulas Santos considera Portugal é «bode expiatório» da Europa



O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Capoulas Santos, considerou recentemente que o relatório sobre a situação da BSE, mais conhecida por «doença das vacas loucas», na União Europeia apenas veio confirmar a «injustiça da aplicação do embargo a Portugal».

## Política

### Governo toma mais medidas para o combate à corrupção



Anunciadas globalmente pelo primeiro-ministro no final do ano passado, na sequência das dúvidas em torno da Junta Autónoma de Estradas (JAE), o Governo apresentou na semana passada, na Assembleia República, as novas medidas que visam combater a criminalidade organizada de forma mais eficaz. Sem grande contestação por parte dos partidos da oposição, Vera Jardim explicou os motivos que levam o Executivo a legislar a favor da protecção das testemunhas e no sentido de facilitar o acesso a contas bancárias com origem suspeita.



PSD

Um congresso para esquecer

O Congresso do PSD, do passado fim-de-semana, transformou Marcelo Rebelo de Sousa num homem cada vez mais só.

O líder do PSD não gorou obter, no Porto, a maioria de dois terços que pediu para prosseguir a estratégia da nova AD, mas entendeu continuar a liderar um partido que apenas espera eleições para o empurrar borda fora, tal e qual como Marcelo tem feito aos seus secretários-gerais.

Marcelo é cada vez mais um líder a prazo. Os constantes apelos à unidade, ouvidos durante o congresso, são o reflexo mais sério da crescente desunião que se vive nas hostes laranjas. Tranquilamente os barões do PSD observam o desenrolar dos acontecimentos e esperam pela escorregadela. Esperam por Outubro, o mês do «quanto vales», para lhe mostrarem definitivamente a porta de saída.

A triste obsessão pela maioria de dois terços, que persegue Marcelo, levou-o a manipular dos resultados para conseguir o objectivo pretendido. Uma vergonha absolutamente desnecessária, não fosse a ânsia de Marcelo em mostrar à opinião pública que é um líder incontestado. Afinal provou que é apenas um líder consentido e desacreditado.

Apesar da enorme cumplicidade existente entre os dois actuais líderes da recentemente aprovada Alternativa Democrática, do desejo de ambos em não permitir que o Partido Socialista obtenha a maioria absoluta nas próximas eleições legislativas de Outubro, o certo é que os sociais-democratas ainda não conseguiram digerir a presença de Paulo Portas e, muito menos, as primeiras páginas do «Independente» que infernizaram os últimos anos do cavaquistão.

A relação de proximidade que a AD criará entre o PSD e Paulo Portas torna-se, para o PSD profundo, um sapo cada vez mais difícil de digerir e de explicar pelo que o fantasma Paulo Portas perseguirá sempre Marcelo Rebelo de Sousa.

Uma aliança meramente contabilística como a desta AD, que não é definitivamente sentida nem desejada pelas bases, que serve apenas objectivos e estratégias pessoais nunca poderá governar um país que se quer moderno, solidário e desenvolvido.

Portugal e os portugueses, à beira do século XXI, numa Europa que se quer unida, dinâmica e economicamente desenvolvida, não poderão correr o risco de vir a ser governados, por um líder que é constantemente desacreditado e no qual nem o seu momentâneo parceiro de coligação confia.



ENTREVISTA COM FELIPE GONZÁLEZ

Uma entrevista com o então jovem líder do PSOE, Felipe González, realizada em Madrid pela camarada Isabel Soares, era o grande destaque da edição de 26 de Fevereiro de 1981 do «Acção Socialista». Na altura na oposição ao Governo de Adolfo Suarez, Felipe González falava das dificuldades que atravessava a jovem democracia espanhola e afirmava que o PSOE estava disposto a assumir as suas responsabilidades.

Passado um ano, recorde-se, Felipe González era o novo inquilino do Palácio de Moncloa.

Na entrevista, o líder do PSOE afirmava: «Já há muito que venho reflectindo sobre o papel dos socialistas numa sociedade em que se pretende, antes demais, consolidar a democracia depois de uma longa vivência sob um regime autoritário.» De salientar que a entrevista de Felipe González ao «AS» tinha como pano de fundo a recente tentativa de sedição militar fascista ocorrida em Espanha.

Comentando a situação em Espanha, o camarada Mário Soares, por sua vez, afirmava: «Impõe-se não deixar deteriorar, nos países da Europa do Sul, sem sôl-

das tradições democráticas, as condições que permitem evitar a subversão da democracia.» J. C. C. B.

26 de Fevereiro

Quem disse?

«A Espanha teve a ditadura de Primo de Rivera de 1922 a 1929 e a de Franco de 1936 até à sua morte. De 1936 a 1974, os governos de Portugal e Espanha eram apenas duas faces do mesmo regime opressor que segregava a Península do mundo culto de democrático.»

Raul Rego



O LIVRO QUE ABALOU A DITADURA

«Apenas resta uma via para a solução do conflito (do Ultramar) – e essa é iminentemente política. Podemos assim chegar à conclusão que, em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável. Às Forças Armadas apenas compete, pois, criar e conservar pelo período necessário – naturalmente não muito longo – as condições de segurança que permitirão soluções político-sociais, únicas susceptíveis de pôr termo ao conflito.»

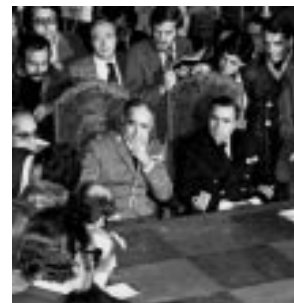
António de Spínola

«Portugal e o Futuro»

A 22 de Fevereiro de 1974 é publicado o livro «Portugal e o Futuro». O general António de Spínola usa a palavra como arma. O livro é um sucesso editorial prenunciador do fim do marcelismo, como o próprio Marcelo Caetano reconhece no seu «Depoimento».

«Ao fechar o livro, tinha compreendido que o golpe militar, cuja marcha eu presentia há meses, era agora inevitável», escreve o último chefe de Governo da ditadura do Estado Novo, no livro publicado no Rio de Janeiro, onde se encontrava exilado após o derrube do fascismo pelos jovens capitães de Abril.

Em pleno outono marcelista, obtida a autorização do então chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Costa Gomes, o militar do monóculo publica o livro «Portugal e o Futuro» no qual considera que a solução das guerras em África não era possível, defendendo uma federação de Estados lusófonos, solução que viria a revelar-se completamente ultrapassada, mas que era à altura um importante e corajoso corte com a posição oficial colonialista defendida desde sempre por



Salazar e Caetano, avessos aos ventos da História.

No livro, Spínola defende ainda a liberalização do regime e a adesão de Portugal à CEE.

Na altura em que o movimento dos capitães já estava numa fase muito avançada com vista ao derrube da ditadura, o livro «Portugal e o Futuro», cuja primeira edição se esgota num ápice, vem dar um importante alento aos capitães de Abril, impulsionar na opinião pública um forte abanão e ainda provocar a ira dos sectores ultras do regime.

Passado pouco tempo, recorde-se, Costa Gomes e Spínola eram demitidos por Marcello Caetano dos seus cargos de, respectivamente, chefe e vice-chefe do EMGFA. Para os seus lugares são nomeados dois militares «yes man» da tristemente célebre brigada do reumático.

Era o ocaso da longa ditadura de 48 anos que algumas almas tentam agora, pelos mais diversos meios, branquear.

J. C. CASTELO BRANCO

«Notre Europe» PM recebe Soares, González e Delors

Felipe González, Jacques Delors, Mário Soares e Victor Martins eram alguns dos presentes no almoço que o primeiro-ministro português, António Guterres, ofereceu, no dia 20, em São Bento, aos participantes na reunião do movimento «Notre Europe», que decorreu em Lisboa.

As questões europeias estiveram em cima da mesa deste almoço, cuja ementa incluiu crepes de legumes e cabrito assado à portuguesa, e foi precedido de uma fotografia «de família» nos jardins da Residência Oficial de São Bento.

Entre as 22 personalidades presentes achavam-se também Carlo Scognamiglio,



ministro da Defesa italiano, Ernâni Lopes, antigo ministro das Finanças do Bloco Central, e o presidente do Parlamento português, Almeida Santos.

GUTERRES APRESENTA

Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social

## VENCER O ATRASO DE PORTUGAL NO ESPAÇO DE UMA GERAÇÃO

**António Guterres apresentou quinta-feira, durante uma sessão no Parque das Nações, em Lisboa, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). Um documento que perspectiva os caminhos do desenvolvimento de Portugal na primeira década do próximo século e que tem como grande meta permitir que o país recupere o seu atraso estrutural face à média dos países da União Europeia no prazo de uma geração. Perante cerca de 900 pessoas, no Teatro Camões, o primeiro-ministro defendeu que a posição geoestratégica de Portugal deve transformar-se numa «plataforma atlântica da Europa», apostando-se na formação profissional contínua dos cidadãos, na modernização ao nível das infra-estruturas e no acesso generalizado às tecnologias de informação.**

**E**xplicando os objectivos essenciais inerentes ao PNDES, o chefe do Governo começou por sublinhar os resultados positivos obtidos pelo país nos últimos anos, sobretudo, desde o momento em que os socialistas venceram as eleições legislativas de 1995. No entanto, fez também questão de frisar que, apesar desses mesmos resultados positivos, Portugal continua a registar atrasos estruturais em diversas áreas. Por essa razão, Portugal precisa de assumir «um novo desígnio nacional, uma nova estratégia» para vencer os desafios do próximo milénio.

Ao longo de cerca de uma hora, António Guterres apontou as principais linhas de desenvolvimento do país a médio e a longo prazo, com destaque especial para a aposta na formação das pessoas, na combinação de saberes e qualidades tradicionais com as necessidades de inovação e modernidade, e na descentralização e desburocratização da Administração Pública, aproveitando a nossa posição geoestratégica.

Por outro lado, de acordo com a teoria desenvolvida pelo primeiro-ministro, é importante que, nos próximos anos, o poder político promova uma coordenação espacial dos serviços da administração espalhados por todo o território nacional. Nesta área, como lembrou António Guterres, chegarão à idade da reforma «muitas dezenas de milhar, ou porventura mais de cem mil» funcionários públicos. Desta forma, entre as áreas em que importa legislar, uma das prioridades passa pela modernização do próprio aparelho administrativo do Estado, da Justiça, do aparelho fiscal e das estruturas relacionadas com a propriedade e o investimento — tudo isto ao serviço de uma transformação estrutural da economia



no período entre 2000 e 2006».

### Os nichos de mercado

No seu discurso, o primeiro-ministro salientou também o papel dinamizador dos «clusters» (nichos de desenvolvimento económico) já existentes em Portugal nas áreas do turismo/lazer e da indústria automóvel, mas defendeu a criação de um outro no domínio da informática, frisando a importância da informação na sociedade do futuro. Paralelamente, apontou a necessidade de serem aproveitados e dinamizados os sectores tradicionais da economia, tal como o têxtil, o vestuário, o calçado, o ramo florestal, a habitação, a construção e os sectores mecânicos e electromecânicos, bem como alguns sectores da agricultura.

Outra das grandes prioridades estratégicas dos próximos governos em Portugal, de acordo com o chefe do Governo, passa pela requalificação das áreas urbanas de Lisboa e do Porto. Áreas urbanas que têm crescido de forma desarticulada. Ao mesmo tempo, o PNDES prevê o combate à desarticulação

no crescimento e na ocupação espacial do território, através da criação de novas centralidades no interior, bem como na aposta em cidades de dimensão média, projectos que são a «única forma» de travar a desertificação do interior do país.

Depois de preconizar uma articulação das diversas vertentes do desenvolvimento, António Guterres considerou que a política ambiental «já não pode ser mais encarada como meramente sectorial».

Em relação às vantagens geográficas do país, o primeiro-ministro frisou que já se têm feito sentir no domínio das telecomunicações, onde se regista um desenvolvimento que, porventura, não seria de esperar tendo em conta simplesmente o tamanho do seu território.

### Articular comunicações

Após ter considerado essencial a modernização e articulação das diversas redes e estruturas de transportes, António Guterres sustentou a ideia de que «Portugal deve transformar-se numa plataforma logística da Eu-

ropa. É a esta luz que devem ser articulados o novo papel distribuidor à escala mundial que queremos para o Porto de Sines».

Ou seja, acrescentou, impõe-se a «reforma de todo o sistema portuário, da rede nacional de aeroportos, bem como o aproveitamento de Pedras Rubras numa lógica de redes europeias e intercontinentais. Tudo isto em ligação com a rede nacional de auto-estradas que, neste momento, regista um nível de abertura de concursos públicos abertos sem qualquer precedente», salientou.

O primeiro-ministro referiu, igualmente, que a economia portuguesa tem crescido a um ritmo 60 por cento superior à média dos países da União Europeia, tendo igualmente registado resultados positivos a evolução do desemprego e dos salários reais. Para o chefe do Governo, os mais recentes indicadores permitem concluir pela existência de crescentes sintomas de maturidade na sociedade e na economia portuguesa, designadamente, no que se refere a uma cada vez maior internacionalização, bem como ao facto de o investimento estrangeiro no país ser em áreas cada vez mais sofisticadas e de Portugal já investir mais em outros países do que os estrangeiros em território nacional.

### Carências estruturais

Apesar de todos estes indicadores extremamente positivos, o primeiro-ministro não hesitou em especificar alguns dos mais graves problemas que ainda subsistem no país. «Estamos no pelotão da frente da União Europeia, mas continuamos com um atraso estrutural acentuado». Segundo António Guterres, Portugal permanece com uma baixa produtividade e qualificação das pessoas, assim como com um reduzido peso das actividades de investigação.

Por esta razão, defendeu António Guterres, é necessário um novo desígnio nacional e uma estratégia de suporte a esse mesmo desígnio». Sem esquecer as dimensão social inerente a todas as políticas, o primeiro-ministro preconizou uma transformação do ensino num sentido mais experimental e profissionalizante, com as escolas em mais estreita ligação às estruturas da sociedade. Na palco do Teatro Camões, na passada quinta-feira, estiveram autarcas de todas as regiões do país, membros do Governo, deputados, representantes de instituições públicas e privadas ligadas à cultura e solidariedade social, num total de 900 pessoas. De referir, ainda, que o PNDES constituirá o suporte fundamental para o estabelecimento do Quadro Comunitário de Apoio para o período entre 2000 e 2006. Com o PNDES, o Executivo pretende iniciar um novo ciclo na abordagem do planeamento, operacionalizando este conceito numa perspectiva de processo dinâmico largamente participado em reforço e apoio ao exercício de responsabilidades que lhe estão cometidas constitucionalmente.



## GOVERNO TOMA MAIS MEDIDAS PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO

**Anunciadas globalmente pelo primeiro-ministro no final do ano passado, na sequência das dúvidas em torno da Junta Autónoma de Estradas (JAE), o Governo apresentou na semana passada, na Assembleia República, as novas medidas que visam combater a criminalidade organizada de forma mais eficaz. Sem grande contestação por parte dos partidos da oposição, Vera Jardim explicou os motivos que levam o Executivo a legislar a favor da protecção das testemunhas e no sentido de facilitar o acesso a contas bancárias com origem suspeita. Na mesma linha, o Governo também pretende desagravar as penas para os corruptores activos que se revelem decisivos na descoberta de corruptores passivos ao longo das investigações policiais.**

**A**o apresentar as duas propostas de lei na Assembleia da República, o ministro da Justiça explicou que as iniciativas legislativas visam «dotar o sistema jurídico nacional de medidas que têm vindo a ser recomendadas por organizações internacionais empenhadas na luta contra a criminalidade organizada, na protecção das testemunhas e das vítimas e na defesa do Estado de Direito, das quais se destacam as várias recomendações do Conselho da Europa sobre a posição e a assistência das vítimas no processo penal sobre violência no seio da família e sobre a intimidação das testemunhas e os direitos da defesa». O membro do Governo lembrou, ainda, as resoluções do Conselho da União Europeia relativas à protecção das testemunhas no âmbito da luta contra o crime organizado internacional, bem como os princípios da ONU para a prevenção do crime e o tratamento de delinquentes.

Vera Jardim sublinhou, depois, que o Governo teve como preocupação «encontrar um ponto de equilíbrio entre os direitos individuais, nomeadamente do arguido, e o interesse colectivo da segurança.

«A repressão da criminalidade, em nome da segurança, haverá sempre compatibilizar-se com a salvaguarda das garantias da defesa. O ponto de encontro entre estas duas tarefas, ambas a cargo do Estado, poderá sofrer deslocações por força de uma realidade social que mudou, mas situar-se-á sempre, num Estado de Direito Democrático, dentro dos limites impostos pelo sistema legitimador fundamental», frisou o ministro.

Perante as dúvidas manifestadas por alguns deputados da oposição, nomeadamente no que se refere à garantia de estarem salvaguardados os direitos dos arguidos, o responsável político socialista de-



monstrou abertura para que esse ponto em concreto possa merecer aperfeiçoamentos em sede de especialidade.

«O conjunto de medidas de que se rodeiam as soluções adoptadas, reputadas de indispensáveis, garantem a sua compatibilização com o disposto na Constituição da República e nos textos internacionais a que Portugal está vinculado». De resto, sublinhou ainda o membro do Executivo, foi dada especial atenção à jurisprudência produzida pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

### Protecção de testemunhas

Especificando os pontos mais importantes da proposta de lei para a protecção de testemunhas, o ministro da Justiça salientou cinco tipos de medidas, «desde a ocultação da testemunha em acto processual público ou sujeito ao contraditório, até à elaboração de todo um programa especial de segurança, passando pela teleconferência, pela não revelação da identidade da testemunha ou por medidas pontuais de segurança. Pretende-se que, na opção por cada uma delas, se tenha sempre presente o carácter excepcional destas medidas e que a sua aplicação, em concreto, se mostre justificada pela necessidade e adequação à protecção da pessoa em risco e à realização do processo», sublinhou.

De acordo com Vera Jardim, o anonimato das testemunhas «constitui uma medida excepcional reservada para os casos mais

graves, sem deixar de levar em conta o justo equilíbrio entre as necessidades da justiça penal e os direitos da defesa, alcançável através de um procedimento que dê a possibilidade de contestar a presumida necessidade do anonimato, a credibilidade ou a origem da testemunha».

A decisão de não se revelar a identidade da testemunha, frisou ainda Vera Jardim, caberá sempre a um juiz de instrução, mesmo na fase de julgamento. Por esta via, obviar-se-á, na prática, «às dificuldades que poderiam resultar dos impedimentos dos juizes que fossem chamados (no âmbito de jurisdição de julgamento) a intervir no processo de não revelação de identidade». Por outro lado, continuou, «entendeu-se que a nomeação de um advogado para fazer valer os interesses do arguido, exclusivamente no processo complementar, seria a solução mais conveniente do ponto de vista da própria defesa». Como explicou Vera Jardim, «a relação de confiança que deve estabelecer-se entre arguido e o seu defensor no processo principal dificilmente deixaria de ficar comprometida se se fornecesse a identidade da testemunha ao defensor, proibindo-se este de a revelar ao arguido».

### Sigilo bancário

A segunda proposta de lei do Governo, esta para reforçar as medidas de acesso à informação essencial ao combate à corrupção, tem como um dos pontos principais a

consagração de mecanismos de atenuação especial da pena para o agente de corrupção passiva em caso de auxílio na recolha de provas ou na descoberta de outros responsáveis. «Sabendo-se da importância do corruptor activo para a descoberta de crimes de corrupção passiva, parece perfeitamente justificado que, por razões de idêntica natureza, se deverão introduzir mecanismos que reforçam a tutela penal dos bens jurídicos e a eficácia da investigação, maximizando o mais possível as soluções de tratamento favorável dos agentes do crime», afirmou o ministro da Justiça.

Importante, igualmente, é a maior abertura que agora se proporciona para informações sob sigilo bancário. Uma medida que, segundo Vera Jardim, «é da maior importância para a investigação deste tipo de crimes. É necessário remover as dificuldades que hoje se fazem sentir neste domínio, levando em atenção o interesse preponderante e, por idênticas razões, alargar o regime vigente ao sigilo fiscal». Assim, estabelece-se que o acesso às informações e documentos dos bancos dependerá sempre e unicamente da decisão do juiz. Ou seja, como explicou o membro do Governo, «consagra-se expressamente a obrigação de os bancos fornecerem no prazo fixado as informações e documentação solicitada nos termos da decisão judicial que declarou aquela necessidade, bem como o dever de não obstrução à apreensão, sob pena de procedimento criminal».

## PELO PAÍS

## Governança Aberta

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA** - Após 14 anos de espera, os bombeiros de Aqualva-Cacém beneficiam a partir de agora de um edifício remodelado, inaugurado, no dia 20, pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando Vara, e pela autarca Edite Estrela.

Com um investimento de 230 mil contos, o edifício conta com uma sala de aulas para a formação dos bombeiros, sala de leitura, bar e sala de jogos.

Armando Vara disse que o investimento por parte do Ministério da Administração Interna foi de cerca de 50 mil contos.

A Câmara Municipal de Sintra contribuiu com a maior parte, 108 mil contos. O restante foi angariado pela própria associação de bombeiros.

Jorge Trigo, presidente da Assembleia Geral da corporação, salientou o trabalho desenvolvido pelos «soldados da paz» de Aqualva-Cacém, que há 67 anos que servem a população.

Durante a cerimónia foram entregues condecorações aos associados há mais de 50 anos e a autarquia sintense recebeu o título de associado honorário.

Edite Estrela congratulou-se por Sintra ser um dos municípios que mais apoio dá aos bombeiros, salientando que das nove corporações existentes no concelho apenas a de S. Pedro de Sintra não tem ainda instalações adequadas.

A autarca adiantou, no entanto, que a Câmara já disponibilizou o terreno para a construção das novas instalações.

A quantia gasta na recuperação do edifício dos bombeiros de Aqualva-Cacém englobava-se na verba que a autarquia disponibilizou para as corporações do concelho, cerca de 500 mil contos.

**ADMINISTRAÇÃO LOCAL** - O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto Carvalho, presidiu, no dia 22, em Coimbra, à sessão de abertura do seminário nacional do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), que decorreu no Auditório da reitoria da Universidade.

A reforma da administração financeira e das contas públicas nas autarquias locais foi o tema deste seminário.

O POCAL cria uma contabilidade pública moderna como instrumento fundamental de apoio à gestão autárquica, visando uma administração mais aberta ao cidadão e mais transparente.

**AVEIRO** - Na qualidade de presidente da Comissão Executiva Distrital de Segurança Rodoviária, o governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, promoveu, no dia 19, uma reunião da referida comissão para fazer o balanço da sinistralidade no distrito de Aveiro referente ao ano de 1998.

**CIÊNCIA** - O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, presidiu no passado dia 22, no Salão Nobre do Governo Civil de Bragança, à apresentação do projecto «Bragança - Cidade Digital».

Da responsabilidade do Ministério da Ciência e da Tecnologia, a iniciativa compreende um primeiro conjunto de 12 acções a desenvolver durante este ano na cidade de Bragança e região envolvente.

São 12 projectos baseados em tecnologias de informação que apoiam áreas como a

gestão agrícola, medicina, museologia, educação, empresas, autarquias e tempos livres.

**DESPORTO** - O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, presidiu, no dia 20, em Espinho, à cerimónia de homenagem que a autarquia local realizou ao atleta espinhense António Leitão.

Mais tarde, no mesmo dia, o governante assistiu, no Pavilhão Atlântico, ao primeiro *Trial Indoor* cidade de Lisboa.

Tratou-se, pois, de uma prova de motociclismo que incluída no circuito da Taça do Mundo na modalidade.

**EMPREGO E FORMAÇÃO** - O secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, abriu, no dia 19, em Lisboa, a sessão de assinatura do documento de cooperação franco-português, o projecto «Boas Práticas: da Identificação à Disseminação».

Esta iniciativa inseriu-se no âmbito de um parceria de entidades públicas portuguesas e francesas com responsabilidades na implementação dos respectivos Planos Nacionais de Emprego.

O objectivo estratégico desta parceria consiste em identificar, caracterizar, desenvolver e validar processos de capitalização, transferência e disseminação de práticas inovadoras na formação, a partir de projectos com potencial inovador para as pequenas e médias empresas e facilitadoras da integração do jovens na vida activa.

**EQUIPAMENTO** - O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, apresentou, no dia 19, ao Conselho Económico e Social o documento «Visão estratégica», no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000/2006 (PNDES).

A cerimónia, que se realizou na Sala do Senado da Assembleia da República, em Lisboa, contou também com a presença da secretária de Estado do Desenvolvimento regional.

No mesmo plenário foram ainda debatidas as perspectivas para o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), no contexto das negociações da Agenda 2000.

**FARO** - O governador civil de Faro, Joaquim Anastácio, inaugurou, no dia 21, em Vila Real de Santo António, a sede social do grupo Columbófilo do Guadiana.

**HABITAÇÃO** - A secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, deslocou-se, no dia 19, ao Porto, onde presidiu ao acto oficial de assinatura do protocolo entre a Fundação Filos e o programa Intervenção Operacional Renovação Urbana.

Com a aprovação deste protocolo, Leonor Coutinho garantiu a recuperação, remodelação e adaptação do edifício em causa para a instalação de um centro de atendimento a mulheres e crianças seropositivas e em situação de risco.

**JUSTIÇA** - O ministro da Justiça, Vera Jardim, visitou, no dia 21, a Beira Interior, onde inaugurou o Palácio da Justiça do Fundão e o Pavilhão do Regime Aberto no estabelecimento prisional da Covilhã.

**MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA** - O secretário de Estado da Modernização Agrícola e da Qualidade Alimentar, Luís Vieira, decidiu, no dia 18, em Lisboa, atribuir mais 719 hec-

tares para novas plantações de vinha, a utilizar no decorrer das campanhas vitivinícolas de 1998/1999 e 1999/2000.

Segundo um comunicado do Ministério da Agricultura, os destinatários do direito aos hectares serão os Vinhos de Qualidade Pro-

duzidos numa Região Determinada (VQPRD) e os Vinhos Regionais (VR).

Além destes, o secretário de Estado decidiu reservar «um quantitativo dos direitos» para a actividade viveirista e ainda para os jovens agricultores.

## CONSELHO DE MINISTROS

## Reunião de 19 de Fevereiro

## O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação da legislação específica de segurança, higiene e saúde no trabalho em certos sectores de actividades ou a determinados riscos profissionais;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias que estabelecem o regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços;
- Um decreto-lei que fixa as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática;
- Um decreto-lei que regulamenta o Registo de Objectores de Consciência;
- Um decreto-lei que transforma a Imprensa Nacional - Casa da Moeda - INCM, EP, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que estabelece um regime de fiscalização e sancionatório das actividades de comércio e indústria de artefactos de metais preciosos;
- Uma proposta de lei que estabelece o Regime Fiscal do Património Cultural;
- Um projecto de decreto-lei que cria uma linha de crédito para as cooperativas de transformação e comercialização e para as organizações e agrupamentos de produtores reconhecidas no âmbito da regulamentação comunitária - Min.Agric.Desenv.Rural e Pescas - (Reg. 550/98) - Nova versão;
- Um decreto-lei que altera os Estatutos das Regiões Vitivinícolas de Alenquer, Arruda e Torres Vedras e da Zona Vitivinícola de Óbidos e de Palmela;
- Um decreto-lei que aprova a utilização de normas de entidades geográficas associadas à designação de alguns produtos vitivinícolas;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre a alteração ao Estatuto dos Técnicos Oficiais de Contas;
- Um decreto-lei que reconhece o interesse público, a título excepcional, a um conjunto de estabelecimentos de ensino superior particular que iniciaram o seu funcionamento sem reconhecimento antes do ano lectivo 1995-1996, regula o processo de autorização de funcionamento dos cursos que neles têm funcionado e estabelece, para um período transitório de quatro anos lectivos, um conjunto de condicionamentos de funcionamento e um processo especial de acompanhamento e fiscalização;
- Um decreto-lei que adita ao Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo normas acerca das situações de funcionamento de estabelecimentos e de cursos que visem conferir grau do ensino superior sem reconhecimento e autorização de funcionamento prévios;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime de acesso e ingresso no ensino superior;
- Um decreto-lei que altera o artigo 41º do decreto-lei n.º 207/96, de 2 de Novembro, relativo ao regime jurídico da formação contínua de educadores de infância e de professores do ensino básico secundário;
- Um decreto-lei, aprovado na generalidade, que estabelece a obrigatoriedade de inscrição no Instituto da Vinha e do Vinho de todos os agentes económicos do sector vitivinícola, à excepção daqueles que se dediquem exclusivamente à produção e comércio de vinho susceptível de obtenção de Denominação de Origem Porto;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 226/83, de 27 de Maio, permitindo o estabelecimento da proibição de fumar nos transportes aéreos;
- Um decreto-lei que altera a orgânica do Gabinete do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo sobre a Segurança da Informação entre os Estados Parte do Tratado do Atlântico Norte, concluído em Bruxelas, em 6 de Março de 1997;
- Uma resolução que ratifica a alteração do Plano Director Municipal de Fafe;
- Uma resolução que nomeia o gestor da medida «Formação e Educação» do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF);
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia, no município de Albufeira;
- Uma resolução que altera a Comissão Consultiva do Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa;
- Uma resolução que substitui um representante efectivo do Governo no Conselho Económico e Social;
- Um decreto-lei que cria um sistema especial de controlo e fiscalização ambiental da co-incineração;
- Um decreto-lei que estabelece medidas de profilaxia e polícia sanitária para erradicação de Leucose Bovina Enzoótica (LBE).

DESTAQUE – CM

Casa da Moeda, SA

## NOVA DINÂMICA DE GESTÃO

O Governo decidiu, no dia 19, transformar a Imprensa Nacional - Casa da Moeda - INCM, EP, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

A Imprensa Nacional - Casa da Moeda, EP (INCM), criada em 1972 e resultante da integração da Casa da Moeda na anterior empresa pública Imprensa Nacional, tem sido regida, até ao momento, pelo Estatuto constante do decreto-lei que a classifica como pessoa colectiva de direito público. Este carácter, historicamente público, da natureza, atribuições e competências da INCM ressalta, com clareza, das actividades por ela desenvolvidas: a publicidade dos actos normativos do Estado, dos mais relevantes actos administrativos, das decisões dos tribunais superiores e dos actos mais importantes da vida das empresas; a produção de moeda metálica; a produção de documentos e outros bens que, por directamente ligados às essenciais funções do Estado, carecem de revestir-se de particulares condições de segurança e de garantias de autenticidade (selos fiscais, títulos de dívida pública, passaportes, impressos oficiais); a autenticação dos artefactos de metais preciosos; e a (co)edição de obras de particular relevância cultural.

Torna-se, todavia, cada vez mais necessário que a INCM, sem descuidar a especial vocação resultante da sua natureza, pas-



se a dar uma atenção acrescida à consolidação e ao desenvolvimento dos sectores de actividade concorrenciais, actuando numa verdadeira lógica empresarial e promovendo a diversificação da sua actividade, intensificando-a em áreas novas e complementares a que possa responder de forma eficiente, rentável e competitiva. Trata-se de uma modificação que segue a tendência, posterior a 1974, da acentuada diminuição do peso das empresas públicas na organização do Sector Empresarial do Estado.

A forma jurídica de empresa pública é já muito pouco representativa - existem hoje apenas 17 empresas públicas de tipo tradicional num total de 1 018 empresas nacionais com participação pública -, sendo certo maior expressividade, dessas 17, se concentra nos sectores dos equipamentos sociais, dos transportes e da construção habitacional e turística, tendo muitas delas uma dimensão apenas municipal. Com a reestruturação e modernização introduzidas por este diploma pretende-se criar a base organizacional adequada a

uma estratégia empresarial definida a partir de propostas da actual administração para o período 1998-2001 e para os anos subsequentes, na fase definitiva do euro (a partir de 2002) e de formas mais avançadas da União Económica e Monetária.

Neste contexto, pretende-se que a futura gestão da INCM venha a pautar-se por uma utilização corrente das novas tecnologias da informação; pelo recurso a sistemas de comunicação multimédia e interactivos, visando a difusão e comercialização rentáveis das suas edições e publicações; e pela expansão da sua actividade ao nível do tratamento e gestão dos dados, informações e documentos que se encontram sob a sua administração, tendo em vista a prestação de serviços especializados como forma de rentabilizar os recursos que gere e de que dispõe, por força, inclusive, do desempenho dos deveres de interesse público a que se encontra adstrita.

Para esse efeito, importa dar início, em conjunto com a administração da INCM, a um processo selectivo, mas célere, de constituição de uma ou várias sociedades anónimas de capitais públicos que absorvam, por destaque, ou por outra via, alguns dos activos e/ou património de que a INCM é titular, imprimindo uma nova dinâmica à respectiva gestão, mais moderna, empresarial, competitiva e inovadora.

DESTAQUE – CM

Despesas públicas

## NOVO REGIME PARA ASSEGURAR BOA GESTÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 19, em Lisboa, um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas comunitárias relativas ao regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.

Este diploma vem revogar o decreto-lei n.º 55/95, de 29 de Março, que continha, em múltiplos aspectos, uma regulamentação já desadequada.

A aprovação de um novo regime jurídico de realização de despesas públicas e da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços, constitui um momento fundamental da acção reformadora do Governo e visa simplificar procedimentos, garantir a concorrência e assegurar a boa gestão dos dinheiros públicos.

No regime jurídico da realização das despesas públicas destacam-se como aspectos inovadores o estabelecimento de um único valor até ao qual as diversas entidades têm competência para autorizar despesas independentemente do procedimento em causa, sem prejuízo de, em si-

tuções específicas, ser exigível a autorização de outras entidades para a escolha prévia do tipo de procedimento; o aumento dos valores até aos quais são competentes para autorizar despesas os directores-gerais e os órgãos máximos dos serviços com autonomia administrativa e com autonomia administrativa e financeira; e a definição da competência para autorizar despesas dos órgãos das autarquias locais.

Neste quadro legislativo consagra-se também a possibilidade de se efectuarem despesas com seguros de viaturas oficiais, desde que limitados à responsabilidade civil contra terceiros com o capital mínimo obrigatório previsto por lei, sem necessidade de prévia autorização do respectivo ministro e do ministro das Finanças; fixa-se um regime especial para as despesas que dêem origem a encargos em mais do que um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização nas autarquias locais e aumenta-se o valor até ao qual é possível efectuar este tipo de despesas sem portaria de extensão de encargos; e são criadas regras especiais sobre delegação de competências, nomeadamente para as autarquias locais.

DESTAQUE - CM

Tecnologias de informação

## INFORMATIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Executivo socialista fixou, no dia 19, em Lisboa, as regras gerais relativas à coordenação da aquisição e utilização de tecnologias de informação na Administração Pública e estabelece regras específicas para locação, sob qualquer regime, ou a aquisição de bens ou serviços de informática.

O decreto-lei, aprovado na última reunião de Conselho de Ministros procede, assim, a uma reformulação do quadro normativo geral para a coordenação da utilização das tecnologias da informação na função pública, bem como dos preceitos aplicáveis à locação e aquisição de bens e serviços de informática, simplificando os procedimentos administrativos vigentes e eliminando aqueles que, entretanto, se revelaram menos ajustados.

Reforça-se a intervenção das Entidades de Coordenação Sectorial, através do alargamento das suas competências, designadamente no que concerne à instituição do carácter vinculativo dos seus pareceres e da sua responsabilidade na determinação e uniformização das respectivas políticas sectoriais.

Aumenta-se o valor a partir do qual os processos de locação ou de aquisição de bens e serviços de informática ficam sujeitos a parecer prévio das Entidades de Coordena-



ção Sectorial e procede-se à eliminação do regime especial previsto no referido decreto-lei n.º 64/94 relativamente à aquisição ou locação efectuadas ao abrigo dos contratos públicos de aprovisionamento celebrados pela Direcção-Geral do Património.

O dever de informação para fins estatísticos rege-se-á por um novo modelo, que se pretende mais eficaz, através do envolvimento directo da Comissão Intersectorial - e através dela, das Entidades de Coordenação Sectorial - na definição dos termos da recolha e tratamento de dados estatísticos.

Competirá à Comissão encontrar as formas mais adequadas para manter actualizado o conhecimento da situação da informática na Administração Pública, pelo qual é responsável.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS **Agenda 2000**

## O FUTURO EUROPEU E O «CASO PORTUGUÊS»



O deputado socialista Manuel dos Santos apontou, no dia 11, durante a sua intervenção no plenário da Assembleia da República, para três valores que qualificou como «inegociáveis» no quadro da presente negociação da Agenda 2000: o valor da coesão, da solidariedade e do alargamento.

Num apelo à visão realista da Europa comunitária, o parlamentar do PS afirmou que «a fase actual da construção europeia coloca desafios estimulantes e orienta-se por objectivos nobres e mobilizadores, mas gera uma certa febre de egoísmos nacionais».

É que discutir a Agenda 2000 implica definir um futuro financeiro para a União e, portanto, também estão em jogo os interesses dos portugueses, uma vez que estão em causa nesta negociação o volume de fundos comunitários a que teremos acesso nos próximos anos (2000/2006).

«As dificuldades da negociação em curso são reais e são particularmente complexas e difíceis para Portugal, que até agora tem sido receptor de significativos fluxos financeiros, de resto bem aplicados na convergência real da economia portuguesa, mas que tem de preparar-se para um futuro de partilha com regras, ritmos e valores diferentes», disse.

Para Manuel dos Santos, é inaceitável que os recursos comunitários à disposição de todos diminuam no próximo período de seis anos e, sobretudo, «é inaceitável no actual quadro de exigência política que tem que integrar o reforço do princípio da solidariedade e encontrar resposta para o compro-

misso do alargamento». Assim, na opinião do deputado do GP/PS, Portugal não pode nem deve aceitar um princípio que elimine o acesso ao fundo de coesão para os países que entraram na primeira fase da moeda única, pois ele contraria um outro princípio estruturante da construção europeia: o princípio da coesão económica e social.

Manuel dos Santos chamou a atenção para os «efeitos nefastos» que uma eventual transferência de recursos de países menos desenvolvidos do Sul da Europa para países mais prósperos da União implicariam qualificando-os como «dificuldades inludíveis».

«É por isso que o Governo, e bem, tem assumido uma posição activa na linha da frente da definição das políticas europeias e tem vindo a sensibilizar os seus parceiros para a existência de um «caso português», com a sua especificidade, quer no aspecto das fragilidades, quer na óptica das suas oportunidades», explicou.

Enfatizando que ao assumir uma estratégia de existência de um caso português o Executivo socialista não se colocou em posição subalterna face aos parceiros europeus, Manuel dos Santos descreveu o quadro negocial de Portugal «firme onde pode ser firme» e «flexível onde o deve ser». Quanto ao apoio que o País tem dado à abertura da União Europeia a Leste, uma vez verificadas as condições políticas, jurídicas, sociais e económicas, Manuel dos Santos reiterou que o alargamento deve ser «um valor intocável, na óptica da Europa que queremos, mas também na passagem à incomodidade da negociação da ajuda financeira».

M.R.

DEPUTADO PEREIRA MARQUES **Teatro de S. Carlos**

## ESTABILIZAR FINANCEIRAMENTE E CATIVAR NOVOS PÚBLICOS



O deputado socialista Fernando Pereira Marques, numa intervenção no dia 17, na AR, durante o «debate de urgência» requerido pelo PP sobre a situação no Teatro Nacional de S. Carlos, considerou como «verdadeiramente decisivo» que o São Carlos e a Orquestra Sinfónica Portuguesa, depois de resolvidos os problemas estruturais de carácter funcional, orçamental e artístico, «venham a desempenhar o papel que lhes cabe numa política nacional para a música».

E, por isso, frisou, «o que importa é que haja meios e vontade para levar essa política a cabo».

Na sua intervenção, Fernando Pereira Marques começou por recordar que não era a primeira vez que tinha a oportunidade de debater com a deputada da ala mais à direita do PP Maria José Nogueira Pinto, a situação e os problemas do Teatro de S. Carlos.

Lembrou, nomeadamente, uma sessão de perguntas ao Governo do PSD realizada em 6 de Dezembro de 1991, era então a deputada «monteirista» do PP subsecretária de Estado da Cultura.

A situação era então, recordou o deputado do PS, «preocupante sob todos os pontos de vista: funcionais, orçamentais e artísticos», sendo de cerca de um milhão de contos o défice acumulado.

Segundo o deputado socialista, as medidas «drásticas» então tomadas pelo Executivo laranja viriam a revelar-se inadequadas face à natureza dos problemas existentes.

Entre outros aspectos, Fernando Pereira

Marques salientou que a Fundação de São Carlos, entretanto criada, «não conseguiu alargar nem diversificar significativamente as fontes de financiamento privado», tendo o Teatro continuado «dependente» do OE, ao mesmo tempo que se «acumularam passivos financeiros consideráveis».

### Estabilidade profissional

Após 1995 e sob a vigência do actual Governo, segundo referiu Fernando Pereira Marques, «tem-se procurado, prioritariamente, liquidar esses passivos, estabilizar financeiramente o Teatro e aumentar a dotação que lhe é destinada no OE».

O deputado socialista salientou ainda que se procedeu à «actualização salarial, nomeadamente dos membros do Coro, para além de se ter regularizado a situação contratual dos músicos da Orquestra Sinfónica Portuguesa, visando uma maior estabilidade e dignidade profissional dos mesmos».

Entretanto, frisou, através do decreto-lei n.º 88/98, de 3 de Abril, «pôs-se termo ao anterior modelo de gestão do S. Carlos que deixou, por consequência, de ser uma Fundação, para se tornar uma pessoa colectiva de direito público, mas com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a exemplo do que tem acontecido com outras entidades na área da cultura».

Depois da clarividente intervenção de Fernando Pereira Marques ficava patente mais uma vez a enorme diferença que separa a esquerda da direita no que concerne à política cultural.

J. C. CASTELO BRANCO

PROTECÇÃO DOS ANIMAIS **Projecto de lei**

## MAIS DE 50 MIL APOIANTES

Cerca de 50 mil cidadãos já manifestaram o seu apoio ao projecto de lei do PS sobre a protecção dos animais, através de cartas que têm chegado às 51 organizações zoológicas que a comissão de apoio à lei representa.

Segundo um comunicado da Comissão de Apoio à Lei de Protecção de Animais em Portugal (CALPAP), «são dezenas de milhares de assinaturas reunidas nas sedes das organizações envolvidas».

No entanto, a comissão critica o facto de «o agendamento da referida discussão (do projecto de lei) continuar sem ser marcado, apesar das constantes e já antigas promessas que vários deputados têm feito».

Isto porque, acrescenta a CALPAP, «existe uma inequívoca vontade popular de

proteger os animais sob a forma do projecto de lei que aguarda agendamento e discussão na Assembleia da República».

A comissão ameaça mesmo «responsabilizar publicamente todos e cada um dos deputados que comprovadamente utilizam subterfúgios para inviabilizar um trabalho sério e honesto que se lhes deve exigir e para o qual os contribuintes pagam todos os meses».

O projecto de lei é da autoria da deputada socialista Rosa Maria Albernaz e conta com o apoio de 51 organizações zoológicas, da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, da Quercus, Geota e da Federação Nacional de Caçadores e Proprietários, entre outras.

DEPUTADO JOEL HASSE FERREIRA **Optimus**

## PS CONSIDERA RELATÓRIO «MUITO DISTORCIDO»



O deputado do PS Joel Hasse Ferreira considerou, no dia 18, o relatório de Marques Guedes (PSD) sobre a terceira rede de telemóveis, a Optimus, «muito distorcido».

Ressalvando uma posição definitiva para uma análise mais detalhada do documento elaborado pelo deputado laranja sobre a entrega à Sonae da terceira rede de telemóveis, o vice-presidente da bancada socialista admitiu que a posição da sua bancada deverá ser contra as conclusões do documento.

Numa primeira análise, «o relatório parece-me muito distorcido» afirmou Hasse Ferreira à Imprensa.

O documento, entregue pelo parlamentar



do PSD, aponta para um alegado favorecimento do Estado à Sonae nesta matéria, dado que a EDP (participante no consórcio vencedor) cedeu direitos de voto à empresa de Belmiro de Azevedo, permitindo que esta ficasse com o controlo accionista, sem contrapartidas financeiras correspondentes.



DEPUTADO JOÃO RUI DE ALMEIDA

Serviço Nacional de Saúde

## MELHORAR MAS NÃO DESTRUIR



«Os partidos da direita (AD) querem acabar com o Serviço Nacional de Saúde para o substituir por seguros privados ou convenções.» Foi este o alerta lançado pelo deputado socialista João Rui de Almeida, no dia 18.

O parlamentar do PS falava na sessão plenária onde o PCP interpelou o Governo a propósito da defesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e da política do Executivo para o sector, aproveitando a ocasião para reiterar que se a «oposição negativa» da Alternativa Democrática pretender privatizar a Saúde em Portugal não poderá contar com os socialistas. Mas, se a estratégia for melhorar o SNS, então o PS estará na linha da frente da batalha.

«Hoje em dia não há nenhum modelo de saúde que satisfaça plenamente os cidadãos e os governantes», afirmou João Rui de Almeida, acrescentando que «passados vinte anos após a implementação do SNS, e apesar das muitas dificuldades, pode hoje afirmar-se que os portugueses passaram a ter melhor saúde».

A título de exemplos o deputado do GP/PS apontou para a melhoria das condições dos hospitais e dos centros de saúde, para a mais e melhor prestação de cuidados de saúde, para a política de prevenção e para os programas de acções de saúde pública.

Reconhecendo, porém, que a esperança de vida em Portugal é das mais baixas da Europa, João Rui de Almeida foi categórico ao afirmar: «Que ninguém se iluda. Sem o SNS e com outro sistema baseado nos privados, ou nos seguros, ou nas convenções, os portugueses teriam de pagar mais dinheiro por uma consulta, por uma intervenção cirúrgica, por exames auxiliares de diagnóstico ou para pagar medicamentos». «O acesso aos cuidados de saúde teria mais barreiras e mais desigualdades. Os doentes passariam a estar mais desprotegidos, principalmente os mais desfavorecidos», disse.

Assim, o deputado socialista garantiu que o PS continua a afirmar que o nosso actual

sistema de saúde, cuja espinha dorsal é o SNS, é o que responde mais eficazmente às necessidades do País.

Mas, se a ideia for reformar e melhorar o Sistema Nacional de Saúde, então o parlamentar do PS assegura que a resposta socialista é e sempre foi «Sim», avançando já com uma série de propostas.

«Consideramos prioritário separar definitivamente o sector público do privado», disse João Rui de Almeida, explicando de seguida que temos «um sistema de saúde onde a não delimitação entre os sectores é causadora de distorções no consumo do serviço médico».

Segundo o deputado socialista, Portugal ainda conserva modelos de funcionamento que vêm de hábitos e práticas do passado, exemplificando com o grande número de médicos que trabalha simultaneamente no sector público e privado de saúde.

«O nosso sistema tem duplicações desnecessárias no seu funcionamento, originando custos elevados, ineficácia e desperdício de recursos, daí o aprofundamento de medidas que separem claramente os dois sectores», uma vez que «ambos são necessários e úteis, mas com regras claras e campos bem delimitados», disse.

João Rui de Almeida diz que os socialistas consideram, igualmente, prioritário obter uma maior rentabilização dos serviços do SNS, o alargamento do período de funcionamento dos hospitais e centros de saúde; o caminhar progressivo para o modelo de trabalho em exclusividade nas unidades públicas, novos esquemas de remuneração para os profissionais, a implementação de um novo estatuto jurídico para os hospitais e por uma salutar competitividade, implementando, entre outras medidas, o princípio de que o financiador não tem que ser obrigatoriamente o prestador.

Ao terminar a sua intervenção o deputado do GP/PS lembrou que a saúde será uma das primeiras prioridades do próximo Executivo socialista.

«Os portugueses têm razões positivas para continuar a ter confiança no PS e em António Guterres como primeiro-ministro», concluiu.

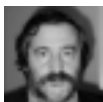
M.R.



DEPUTADO JOSÉ SARAIVA

Agenda 2000

## OLHAR PARA A EUROPA NÃO APENAS COMO UM CONJUNTO DE CIFRÕES



O deputado do GP/PS José Saraiva considerou no dia 11 «oportuno» o debate parlamentar sobre a Agenda 2000, sublinhando que ele «poderá constituir também o reforço da tomada de consciência pela AR do que verdadeiramente está em jogo na mais difícil das negociações políticas desde que Portugal é membro de pleno direito da União Europeia».

Ao longo da sua intervenção, José Saraiva elogiou a posição do Governo português ao longo das conversações sobre a Agenda 2000.

José Saraiva disse que «Portugal tem manifestado o seu apoio ao processo de alargamento não fazendo distinções entre os países candidatos, muito embora dele não seja beneficiário, antes pelo contrário, acaba por ser o país mais prejudicado pelo modo como a União Europeia planificou o respectivo financiamento».

Segundo salientou, «move Portugal a ideia de solidariedade europeia que fez com que olhe para a Europa não apenas como um

conjunto de cifrões».

O Governo português, adiantou, «apresentou em tempo oportuno à Comissão Europeia e aos diversos Estados-membros estudos muito concretos que objectivam e sustentam a realidade atrás referida e que sublinham a circunstância do seu nível de desenvolvimento, num campo variado de áreas, se situar bastante abaixo da média comunitária comunitária, o que justificaria o prosseguimento de consolidar no próximo QCA de um conjunto de apoios susceptível de consolidar o desenvolvimento até agora alcançado e de conseguir aproximar o nosso país da média da União».

Para José Saraiva, «trata-se apenas de garantir a plena aplicação da letra e do espírito do Tratado e especialmente do princípio da coesão económica e social».

O deputado da bancada do PS considerou ainda que «a negociação da Agenda 2000 deve merecer a persistência dos nossos representantes nas negociações suportados pelo apoio político desta Assembleia que está convicta de que o compromisso a alcançar não deixará de visualizar uma melhor Europa para um melhor Portugal».

J. C. C. B.



### AGENDA PARLAMENTAR

#### Quinta-feira, 25

A Assembleia da República reunirá, hoje, a partir das 15 horas, para um agendamento potestativo do PSD.

As votações regimentais acontecerão, como habitualmente, pelas 18 horas.

#### Sexta-feira, 26

Os deputados, reunidos em plenário no hemiciclo de São Bento, discutirão, a partir das 10 horas, duas propostas de lei e um projecto de lei.

Assim, o regime de instalação dos novos municípios será o primeiro diploma a ser analisado, seguindo-se um outro, da iniciativa da ALRM, que dá nova redacção ao artigo 4º da lei que enquadra a audição dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas.

Por fim, os partidos com assento parlamentar analisarão um diploma apresentado pela bancada do CDS/PP sobre a obrigatoriedade da elaboração e aprovação pelos municípios de planos e de urbanizações.



## CERCA DE 330 MILHÕES DE ELEITORES ELEGEM 625 DEPUTADOS

**C**erca de 300 milhões de eleitores dos 15 Estados da União Europeia vão ser chamados às urnas entre 10 e 13 de Junho para eleger os 626 deputados do Parlamento Europeu.

Os eleitores portugueses, 8,75 milhões, votam dia 13 de Junho, tal como acontecerá com os cidadãos da Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Itália, Luxemburgo, Áustria, Finlândia, e Suécia. As eleições para o PE iniciam-se dia 10 com a votação na Dinamarca, Holanda e Reino Unido.

Os irlandeses são os únicos a ir às urnas no dia 11.

A Alemanha, 66 milhões de eleitores, é o país que coloca maior número de parlamentares em Estrasburgo - 99.

Itália (47 milhões de eleitores), Reino Unido (45) e França (45) elegem cada um 87 deputados.

A Espanha, 31 milhões, tem direito a sentar em Estrasburgo 64 parlamentares, enquanto a Holanda (12 milhões) elege 31 eurodeputados.

Portugal, Bélgica e Grécia, cada um com oito milhões, colocam no Parlamento Eu-



ropeu 25 deputados cada. Os eleitores da Suécia (sete milhões), Áustria (6,5) e Finlândia (quatro) vão ser chamados pela primeira vez às urnas para eleger directamente os seus representantes em Estrasburgo - 22 suecos, 21 austríacos e 16 finlandeses. Estes três países, que se tornaram mem-

bro de pleno direito da UE a 1 de Janeiro de 1995, indicaram os seus representantes em Estrasburgo, tendo em atenção os resultados eleitorais para os respectivos parlamentos nacionais, à semelhança do que aconteceu com Portugal e Espanha no alargamento de 1986. A Dinamarca, quatro milhões, elege tam-

bém 16 deputados.

Segue-se a Irlanda, três milhões, com 15 deputados.

O Luxemburgo é, entre os 15, o país com menos deputados no PE - seis. É também aquele com menor número de eleitores: 330 mil.

Os deputados com assento em Estrasburgo estão repartidos por oito grupos políticos: Partido Socialista Europeu (PSE), 214 membros, Partido Popular Europeu (PPE), 181, União para a Europa (UPE), 55, Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformistas (ELDR), 41, Confederação da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica (CEUE/EVN), 33, Verdes no Parlamento Europeu (V), 28, Aliança Radical Europeia (ARE), 20, Independentes para a Europa das Nações (I-EDN), 18 e ainda outros 36 parlamentares não inscritos.

Nas eleições europeias de 1994 em Portugal, o PS elegeu 10 eurodeputados, o PSD nove e o PP e o PCP três cada.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deverá convocar as eleições europeias até ao próximo dia 30 de Março.

## PORTUGAL RECLAMA MAIS AJUDAS COMUNITÁRIAS

**P**ortugal, através do seu ministro da Agricultura, Capoulas Santos, reclamou no dia 18 junto da presidência da União Europeia o aumento do reduzido número de beneficiários portugueses dos fundos agrícolas europeus.

Trata-se de um dos principais objectivos fixados por Portugal para as negociações sobre a revisão da Política Agrícola Comum (PAC), incluída no pacote de reformas económicas e financeiras da União Europeia para os anos 2000-2006.

O capítulo agrícola da Agenda 2000 foi no dia 18 objecto, em Bruxelas, de uma reunião Portugal-Presidência-Comissão da UE de preparação para as fase decisiva em que vão entrar, esta semana, as negociações da PAC.

Desde a passada segunda-feira, os ministros da Agricultura dos Quinze estão a tentar alcançar na capital belga um acordo político de princípio a submeter à Cimeira de chefes de Estado e de Governo da União, a 26 de Fevereiro, em Petersberg, Bona.

«O nosso objectivo é que o maior número possível de agricultores portugueses, sem nenhuma excepção, receba ajudas comunitárias», declarou Capoulas Santos após



cerca de duas horas de conversações com o seu homólogo alemão e presidente do Conselho agrícola, Karl-Heinz Funke, e com o comissário europeu do pelouro, Franz Fischler.

Merecem «especial preocupação» ao Governo português os agricultores nacionais que presentemente «recebem proporcionalmente menos ou aqueles que no passado nunca receberam (ajudas da UE)» - cerca de 90 por cento dos agricultores do país.

Escusando-se a quantificar quanto custariam ao orçamento Agrícola comunitário de 40,5 mil milhões de euros (9 mil milhões de contos) as propostas que apresentou formalmente à Presidência e à Comissão, o ministro negou pretender duplicar ou triplicar os pagamentos agrícolas da União para Portugal.

Seria «colocar a fasquia demasiado alta», disse, ironizando que quem lhe atribuiu idêntico objectivo negocial o faz de má fé por causa do «jogo político».

«É seguramente um adversário meu recoso do que possa ser o resultado global desta negociação», disse.

Das negociações da PAC, o Governo espera a criação de condições para começar a inverter a actual situação de «enorme injustiça», ao abrigo da qual os agricultores portugueses são aqueles que menos dinheiro recebem da UE.

Os escassos beneficiários portugueses da PAC recebem cerca de 10 vezes menos que os seus colegas das maiores potências agrícolas e a taxa de apoio público por activo à agricultura portuguesa corresponde apenas a um terço da media europeia.

O ministro sensibilizou a Presidência e a Comissão para a possibilidade de realizar poupanças dentro do actual quadro financeiro da agricultura europeia, redistribuindo-as a favor dos agricultores mais pobres.

Os objectivos prioritários fixados pelo ministro incluem o aumento das áreas de produção de trigo duro e de culturas aráveis (cereais) irrigadas, flexibilização das quotas leiteiras, apoios para os ovinos, alargamento das elegibilidades para os prémios da PAC e um envelope financeiro condigno para o desenvolvimento rural.

BSE

Capoulas Santos considera

## PORTUGAL É «BODE EXPIATÓRIO» DA EUROPA

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, Capoulas Santos, considerou recentemente que o relatório sobre a situação da BSE, mais conhecida por «doença das vacas loucas», na União Europeia apenas veio confirmar a «injustiça da aplicação do embargo a Portugal». Capoulas Santos falava aos jornalistas durante uma visita ao matadouro Santacarnes, em Santarém, no âmbito de uma série de visitas de trabalho que vem vindo a efectuar por todo o País para constatar «in loco» diversos problemas da nossa agricultura e auscultar os anseios dos agentes directamente envolvidos neste importante sector da nossa economia.

O titular da pasta da Agricultura, que pelo trabalho já realizado e pelo profundo conhecimento dos «dossiers», se afirma dia a dia como o homem certo no lugar certo, considerou que o nosso país «está ser o bode expiatório» da Europa, já que o próprio relatório admite que a situação «é catastrófica, na maior parte dos Estados-membros, no que concerne à não aplicação da legislação comunitária de luta contra a BSE».

Ainda que, segundo explicou, comungue das preocupações com a BSE, Capoulas Santos disse que o facto é que «Portugal é o único país que está a sofrer as consequências do embargo».

### Levantamento do embargo

Relativamente à possibilidade de levantamento do embargo a Portugal já em Mar-



ço, o titular da pasta da Agricultura recusase a «fazer prognósticos».

Adianta, no entanto, que as «autoridades estão a fazer tudo o que é possível» nesse sentido.

O ministro criticou ainda o facto de o relatório ter sido elaborado por eurodeputados alemães, em cujo país, afirma, o processo de transformação dos produtos animais «não é tão rigoroso como em Portugal, existindo, por isso, mais riscos para a saúde pública».

Acompanharam Capoulas Santos nesta visita ao matadouro os elementos do grupo de acompanhamento à BSE que recolheram dados para a elaboração do terceiro relatório, entregue à Comissão Europeia no dia 18 de Fevereiro.

### Ajudas financeiras

Entretanto, o Ministério da Agricultura emitiu no dia 5 uma nota de Imprensa, que surge na sequência de uma notícia veiculada nos últimos dias por diversos meios de Comunicação Social referindo que uma decisão da Comissão Europeia obriga o Estado português a devolver à União Europeia cerca de três milhões de contos relativos a ajudas financeiras a agricultores em relação às quais teriam sido detectadas irregularidades.

Acompanharam Capoulas Santos nesta visita ao matadouro os elementos do grupo de acompanhamento à BSE que recolheram dados para a elaboração do terceiro relatório, entregue à Comissão Europeia no dia 18 de Fevereiro.

tubro de 1994 e 15 de Outubro de 1995, anterior à entrada em funções deste Governo que, por tal razão, não teve qualquer tipo de interferência nos critérios utilizados para a atribuição das referidas ajudas». O Ministério da Agricultura chama ainda a atenção para o facto de que «no anterior regime comunitário, o apuramento de contas só era realizado 3 a 4 anos depois, razão porque também só agora o Governo teve conhecimento da decisão da Comissão».

### XIX Feira do Fumeiro

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, deslocou-se no passado domingo, dia 14, a Vinhais, onde esteve presente na cerimónia de encerramento da XIX Feira do Fumeiro, presidindo à cerimónia de entrega de prémios deste certame.

### PAC

Entretanto, Capoulas Santos deslocou-se no passado dia 18 a Bruxelas, onde se encontrou com o presidente em exercício do Conselho Europeu de Ministros da Agricultura, o seu homólogo alemão Karl-Heinz Funke, e o comissário europeu da Agricultura, Franz Fischler.

Da agenda do encontro, constou a preparação do Conselho de Ministros de 22 de Fevereiro, que assinalou a fase final de negociação da PSC, no âmbito da Agenda 2000.

J. C. CASTELO BRANCO

PESCAS

Acordo UE/Marrocos

## MAURITÂNIA PODE SER ALTERNATIVA A MARROCOS

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, explicou, no dia 19, à Comunicação Social que, com o fim do acordo UE/Marrocos, no final de 1999, a Mauritânia é uma hipótese a ponderar pelos armadores obrigados a deixar as águas marroquinas.

Os armadores portugueses utilizam pouco as possibilidades de pesca inerentes ao acordo União Europeia/Mauritânia, não obstante esta possa ser uma alternativa aos barcos que terão de deixar Marrocos.

O pouco interesse demonstrado pelos profissionais nacionais por aquele país africano - apenas quatro embarcações operam na zona - é justificado principalmente pela longa distância, o que implica problemas de conservação do pescado.

O ministro das Pescas e da Economia Marítima da Mauritânia, Mohamed El Mokhtar Ould Zamel, esteve, na semana passada, em Portugal, onde visitou a Escola de Pesca e da Marinha de Comércio, o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar e a Inspeção Geral das Pescas.

Em Peniche, onde se deslocou acompanhado pelo secretário de Estado das Pescas português, o responsável mauritano visitou a Docapesca, reunindo-se com os armadores e pescadores da região, da qual é originária a maior parte dos barcos nacionais presentes naquele pesqueiro.

Durante a tarde de sexta-feira o governante mauritano avistou-se com o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, já em Lisboa.

Esta visita seguiu-se à deslocação do ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, à Mauritânia, em Dezembro de 1998,

quando foi assinado um acordo bilateral de cooperação.

Na área das Pescas pretende-se aprofundar a cooperação e concretizar projectos na investigação, tal como no serviço de fiscalização e controle, ou seja, «apostar no reforço da relação bilateral e em acções concretas», conforme salientou José Apolinário.

A delegação mauritana demonstrou interesse na inspeção das pescas, pois está actualmente a ser montando um sistema de fiscalização e no projecto de investigação dos recifes artificiais, já instalados numa zona da costa algarvia.

O acordo com a Mauritânia, que vigora até 2001, permite a Portugal capturar duas mil Toneladas de Arqueação Bruta (TAB) para demersais, excepto pescada negra, 500 TAB para crustáceos, excepto lagosta, 300 TAB para lagosta e três palangreiros de superfi-

cie para a pesca de atum.

As quatro embarcações, que actualmente pescam na Mauritânia, dedicam-se principalmente à captura de crustáceos, nomeadamente lagosta.

No âmbito das cinco sociedades mistas luso-mauritanas constituídas, os portugueses têm agora sete barcos a operar sob bandeira da Mauritânia, um dos quais com autorização obtida recentemente.

A constituição de sociedades mistas, forma preferida pelos países que disponibilizam quotas de pesca a embarcações estrangeiras, traduziu-se na atribuição de subsídios de cerca de 650 mil contos aos armadores envolvidos.

O último projecto de sociedade mista luso-mauritana, aprovado em Dezembro de 20 de ano passado, integra a embarcação «Funchal» e envolve um prémio de 128 mil contos.

## PORTUGAL CRESCEU 4 POR CENTO EM 1998

**A** economia portuguesa cresceu 4 por cento em termos reais, em 1998, revelou, no dia 18, o Banco de Portugal, apontando o consumo interno como a variável mais influente para esse crescimento.

No Boletim Económico de Dezembro último, o Banco Central garante que, «em 1998, o consumo privado registou uma variação real superior à do Produto Interno Bruto (PIB), o que aconteceu pela primeira vez desde a recessão de 1993».

O consumo privado contribuiu em 75 por cento para a variação do produto, substituindo a Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF), essencialmente investimento, como principal motor da economia, esclarece a autoridade monetária.

O crescimento de 5,5 por cento da procura interna (consumo mais FBCF) compensou o contributo negativo da procura externa líquida (exportações menos importações), afirma o banco central acrescentando que as exportações de mercadoria desaceleraram a partir do segundo semestre de 1998, devido à diminuição das vendas para os países da União Europeia.

Quem mais sofreu com esta evolução foi a indústria nacional, que registou uma baixa do volume de produção e do volume de negócios, o que se reflectiu também nos indicadores de confiança dos empresários do sector.

Se a exportações desceram, as importações continuaram a subir impulsionadas pelo forte crescimento consumo interno. Em resultado do contributo negativo do sector externo, a taxa de crescimento do PIB acabou por se fixar em 4 por cento, valor que corresponde ao limite inferior do intervalo de previsão do Banco de Portugal que variava entre os 4,0 e os 4,25 por cento.

### Evoluir em confiança...

A redução das taxas de juro, o crescimen-



to do rendimento disponível e os elevados níveis de confiança foram os principais factores que estiveram na origem do aumento real de 4,5 por cento no consumo privado estimado pelo Banco de Portugal para 1998.

De acordo com o Boletim Económico de Setembro, o efeito taxas de juro é sobretudo visível ao nível do crédito à habitação que em Setembro de 1998 registava um crescimento homólogo de 32,9 por cento. Considerando a totalidade do crédito a particulares, a taxa de crescimento desce para 31,9 por cento. O recurso cada vez maior ao crédito fez subir o endividamento das famílias para 45,6 por cento do PIB e 65,2 por cento do rendimento disponível. Quanto ao aumento do rendimento disponível, deveu-se sobretudo ao acréscimo de emprego por conta de outrem e à subida

dos salários reais.

Estes dois factores aliados à descida das taxas de juro empurraram a taxa de crescimento do consumo privado para o limite superior do intervalo de previsão do Banco de Portugal fixado entre os 4 e os 4,5 por cento.

O aumento do consumo privado foi parcialmente satisfeito pelas importações. Entre Janeiro e Setembro, as entradas de bens alimentares registaram um crescimento homólogo de 20,7 por cento e as de bens não alimentares de 18 por cento.

No entanto, o aumento das importações de bens alimentares ficou a dever-se, também, ao mau ano agrícola e à evolução em baixa dos preços dos artigos importados (veja-se o exemplo da carne de porco).

Analisando as despesas das famílias em 1998 por tipo de bens, destaca para os

bens duradouros, nomeadamente veículos ligeiros de passageiros, mobiliário e equipamentos de habitação.

Embora o consumo privado se tenha afirmado como a principal componente da procura interna, a Formação Bruta do Capital Fixo (FBCF), essencialmente investimento, também registou um crescimento significativo, 9,4 por cento, que resultou «de um comportamento dinâmico por diferentes tipos de bens (máquinas, material de transporte e construção) e diferentes sectores institucionais (famílias, empresas e Sector Público Administrativo - SPA)».

O ano passado foi particularmente bom para o investimento em máquinas, devido à baixa das taxas de juro.

Apesar do dinamismo evidenciado pelo investimento em máquinas, a taxa de utilização da capacidade produtiva na indústria atingiu «os níveis mais elevados desde a recessão de 1993», adianta o Banco de Portugal.

Na frente externa, o Boletim Económico destaca a evolução das exportações e importações de bens e serviços. As primeiras registaram um aumento de 9,9 por cento, devido ao efeito da Expo'98, enquanto as segundas progrediram 12,9 por cento. Relativamente à evolução dos preços do comércio internacional, as estimativas do Banco de Portugal apontam para um ganho nos termos de troca.

No primeiro semestre, os preços das importações de mercadorias registaram um decréscimo de 0,3 por cento, devido à descida dos combustíveis, enquanto os preços das exportações aumentaram 2 por cento.

A tendência para os ganhos nos termos de troca deve ter-se mantido no segundo semestre uma vez que os estudos da instituição apontam para a relativa estabilidade dos preços das exportações e uma queda mais acentuada nas das importações.

## SOUSA FRANCO REAFIRMA APOIO FINANCEIRO A TIMOR-LESTE

**N**a sequência de uma «notícia» veiculada na edição de 15 de Fevereiro do jornal «The Indonesian Observer», segundo a qual o ministro Sousa Franco teria manifestado a indisponibilidade de Portugal para apoiar financeiramente Timor-Leste, caso venha a concretizar-se a sua independência da Indonésia, o Ministério das Finanças emitiu um comunicado em que desmente categoricamente tal afirmação. Segundo esclarece a nota à Comunicação

Social do Ministério das Finanças, Sousa Franco afirmou precisamente o contrário: «Não está a ser posta nenhuma restrição financeira ao nível da possibilidade de ajuda ao povo de Timor-Leste.»

### Receitas fiscais em Janeiro

Entretanto, numa outra nota à Comunicação Social, o Ministério das Finanças refere que quanto a Janeiro de 1999, primeiro mês de execução orçamental, como é habitual, «difi-

cilmente se podem tirar ilações consistentes por comparação com o período homólogo anterior sobre a tendência da cobrança anual, atendendo a que vários factores, nomeadamente de calendário, afectam a despesa fiscal e, conseqüentemente, a arrecadação líquida a inscrever na execução orçamental». Está neste caso, salientam as Finanças, no comunicado, «o presente período que, comparado com Janeiro de 1998, apresenta uma variação positiva na ordem dos 14 por cento, sendo certo que, no decurso dos próxi-

mos meses, se assistirá a uma redução deste indicador, tendendo a estabilizar-se à volta de valores mais próximos das metas previstas no OE/99».

O comunicado adianta que «os montantes apurados, em especial os respeitantes a impostos indirectos, continuam a reflectir, não só o bom andamento da economia do País, como também os resultados da política fiscal que tem vindo a ser posta em prática, com eficácia, pela administração tributária».

J. C. C. B.

## ESPAÑA E PORTUGAL ACERTAM LIBERALIZAÇÃO

O ministro da Economia, Pina Moura, e o ministro espanhol da Indústria reuniram-se, no dia 20, em Évora, para preparar a constituição de um mercado ibérico de electricidade e defender interesses comuns no seio da Comunidade Europeia.

«Os dois governos e os dois operadores eléctricos estão a agir no sentido de construir um mercado único e liberalizado de electricidade ao nível ibérico», garantiu Pina Moura, para quem um «mercado ibérico é uma realidade que não se constrói de um dia para o outro», exigindo uma «acção simultânea a nível da política económica, energética e de infra-estruturas».

Pelo lado espanhol, o ministro da Indústria, Josep Piqué, recordou as negociações em curso sobre a Agenda 2000, adiantando que tanto Portugal como Espanha querem continuar a «crescer mais do que os restantes parceiros europeus» e garantindo que os dois países têm uma vontade firme de defender os fundos de coesão.

Em termos de energia, a posição do Governo português, segundo Pina Moura, tem sido de defesa da liberalização do mercado da electricidade, na Europa e na Península Ibérica, e de preocupação para colo-



car a EDP em condições de tirar partido das novas oportunidades de mercado. «Há que considerar igualmente a importação

geoestratégica de Portugal e Espanha no que respeita ao relacionamento da UE com o continente americano e particular-

mente com a América Latina. Esse papel já hoje é visível no que respeita ao sector eléctrico e das telecomunicações pela participação conjunta da EDP e da Iberdrola, da Telefónica e da PT, em operações de privatização do Brasil», acrescentou o ministro da Economia.

Para Pina Moura, os consumidores passarão a ser servidos com «melhores preços e também com mais qualidade», devido à liberalização.

Piqué, num encontro de «amigos» efectuada no decorrer de uma visita privada a Portugal, mas aproveitada para análise de negócios públicos, referiu as muitas mudanças ocorridas no relacionamento entre os dois países, chegando mesmo a classificar de «histórico» o acordo conseguido recentemente em torno da água.

Relativamente à electricidade, o ministro espanhol afirmou que o seu país está empenhado em garantir, dentro de sete meses, que metade da procura de electricidade se proceda dentro de um mercado liberalizado.

Nas pretensões espanholas figura ainda, segundo Piqué, que a cooperação se estenda ao gás natural, de forma a que seja possível partilhar as principais redes de transporte.

## MODERNIZAR COMÉRCIO DA BAIXA

O ministro da Economia, Pina Moura, garantiu, no dia 19, no Porto, a disponibilização dos «instrumentos financeiros» necessários para a modernização do comércio da Baixa da cidade, no âmbito da Capital Europeia da Cultura.

Pina Moura, que falava no final de uma reunião com os responsáveis pela Sociedade Porto 2001, revelou que, no prazo máximo de 90 dias, será assinado um protocolo que «consolidará os compromissos assumidos pelo Ministério da Economia e a sua execução sob o ponto de vista temporal, operacional e financeiro».

A cooperação entre o ministério e a Sociedade Porto 2001 vai centrar-se, essencialmente, em três programas, um dos quais prevê a requalificação do comércio da Baixa da cidade.

«O objectivo é envolver os pequenos comerciantes daquela área, no sentido de modernizarem as suas lojas, tendo ao seu dispor um programa de investimento apoiado por sistemas de incentivos públicos», disse Pina Moura.

Segundo o governante, que esteve na Cidade Invicta acompanhado pelos secretários de Estado do Turismo, Vítor Cabrita Neto, e do Comércio, Osvaldo Castro, pre-



tende-se que, com o Porto Capital da Cultura, se inicie um grande pico de mobilização do pequeno comércio da Baixa do Porto para se modernizar, prolongando-se para além do ano 2001.

A cooperação entre o Ministério da Eco-

nomia e a Sociedade Porto 2001 prevê, também, a concretização de um programa de requalificação da oferta turística da cidade, que envolvera a criação de uma nova pousada da Enatur - que tem o Convento de São Bento da Vitória como a «hi-

pótese mais provável» -, e a modernização de outros equipamentos a nível da restauração, lazer e percursos turísticos.

Um outro programa prioritário tem em vista a promoção, nomeadamente fora do País, do Porto Capital Europeia da Cultura.

Segundo Artur Santos Silva, presidente da Sociedade Porto 2001, «o elemento forte da promoção externa de Portugal, durante os próximos três anos, será o Porto Capital da Cultura e o Norte do País».

De acordo com Pina Moura, foram criadas equipas conjuntas do Ministério da Economia e da Sociedade Porto 2001 para «detalhar cada um dos programas em projectos, incluindo os seus cronogramas funcional e financeiro».

A «verba global indicativa» para todo o projecto aponta, segundo o membro do Governo, para os dez milhões de contos, embora exista ainda um «factor de ajustamento a considerar».

Artur Santos Silva revelou, entretanto, que o relatório sobre os requisitos exigidos para a instalação da futura Casa da Música encontra-se já concluído, tendo sido entregue recentemente pelo seu responsável na Sociedade Porto 2001, o pianista portuense Pedro Burmester.



RTP

Arquivo histórico

## SAMPAIO CONSIDERA ARQUIVOS COMO SECTOR-CHAVE DA POLÍTICA CULTURAL

O Presidente da República considerou no passado dia 18 que os arquivos constituem um sector-chave da política cultural do País. Na visita ao arquivo histórico da RTP, em Lisboa, no Prior Velho, Jorge Sampaio sublinhou a importância de haver na política cultural portuguesa um investimento prioritário em meios e recursos para esse sector para inverter a lógica de delapidação de espólios que permitem preservar e conhecer melhor a memória colectiva nacional.

«O investimento e o esforço realizados no arquivo da RTP, que estão em curso e têm de prosseguir, representam um passo importante no sentido de criar condições adequadas à conservação, organização e tratamento de um espólio que todos os dias se acrescenta do maior interesse para a nossa história contemporânea», afirmou o Presidente da República, no breve discurso que proferiu durante a visita ao arquivo da televisão pública que é, a nível europeu, o sexto mais volumoso acervo documental, e o terceiro se se considerar apenas o material fílmico.

Trata-se de uma autêntica jóia da coroa que tem sido objecto de uma cuidada preservação por parte da RTP.

No arquivo histórico estão as principais



imagens da nossa história nos últimos 40 anos.

Uma jóia da coroa que mostra mais uma vez a importância de um serviço público de televisão para preservar a nossa memória colectiva e ainda a insensatez da ideia ultraliberal e terceiro-mundista da AD que teima em defender a privatização da RTP, o que constituiria um autêntico atentado cultural a vários níveis.

Felizmente que o actual Governo, e em

particular o secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, rejeitam liminarmente esta ideia absurda e demagógica da direita.

Num discurso em que enalteceu a importância dos arquivos, o chefe de Estado defendeu que «uma política cultural de arquivos tem de constituir um investimento prioritário em meios e recursos, privilegiando a formação e a dignificação profissional, o trabalho com profundidade, persis-

tência e rigor, o recurso a métodos avançados e eficazes de tratamento dos espécimes arquivísticos, a aplicação de regras e critérios rigorosos equilibrados e transparentes de acesso e consulta».

O Presidente da República defendeu ainda a abertura dos arquivos e nas melhores condições possíveis ao público em geral, e não apenas a investigadores e estudiosos, dadas as finalidades pedagógicas, educativas e informativas desse material para criar uma mentalidade mais esclarecida.

O notável trabalho que tem vindo a ser feito com o arquivo da RTP é um exemplo a seguir, na perspectiva do Chefe de Estado, para salvaguardar um património herdado de séculos - que é insubstituível - e evitar a constatação de que os portugueses só sabem conservar a tradição de incúria e desleixo face aos arquivos nacionais.

Jorge Sampaio teve ainda a oportunidade de ver no arquivo algumas imagens marcantes da sua longa actividade política.

De salientar que o arquivo histórico da RTP, com um quadro de 112 dedicados trabalhadores, é constituído por 709 mil documentos, dos quais 330 mil são em filmes e 379 mil em vídeo.

J. C. C. B.

SAÚDE

Urgências

### VIA AZUL: RAPIDEZ E CONFIANÇA NA ASSISTÊNCIA

A restituição da confiança dos utentes nos Centros de Saúde é o principal benefício do novo modelo de acesso às urgências, disse no dia 18, em Lisboa, o director do serviço de Urgências do Hospital de Santa Maria.

Pimentel Serra falava no final da apresentação deste novo modelo, a «Via Azul», cujo objectivo é «melhorar a prestação de cuidados aos utentes em tempo adequado, através da articulação de cuidados de saúde primários e hospitalares».

Nesta fase, cabe aos Hospitais de Santa Maria e Pulido Valente e aos Centros de Saúde de Alvalade, Lumiar, Benfica, Odivelas e Loures aplicar, desde a passada segunda-feira, o novo modelo, sendo as urgências encaminhadas para o Hospital de Santa Maria.

No entanto, isso só acontecerá depois de os médicos dos Centros de Saúde consultados pelos doentes assim o indicarem, fazendo acompanhar o paciente por uma informação escrita - num envelope azul - em que constará o diagnóstico.

O facto de o utente se apresentar nas urgências do Hospital de Santa Maria com o documento azul garante-lhe prioridade em

relação aos que, por sua iniciativa, se deslocam àquele serviço de urgências.

Segundo Pimenta Serra, este modelo «permite uma triagem eficaz, pois é feita pelo médico e não pelo doente».

Por outro lado, acrescentou, os Centros de Saúde - frequentemente apontados como tendo poucos meios de diagnóstico - foram entretanto reforçados com equipamento, o que permite «o atendimento certo na altura certa e no local certo».

A presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT), Ana Jorge, afirmou na apresentação do modelo que utentes que, acompanhados pela «Via Azul», chegam ao hospital, «são dispensados do pagamento da taxa moderadora».

Para esta responsável, o modelo poderá aliviar as urgências hospitalares, onde cerca de 60 por cento dos atendimentos poderiam ser facilmente resolvidos nos Centros de Saúde.

A aplicação do novo modelo de acesso às urgências foi iniciado em Vila Franca de Xira no dia 10 de Fevereiro, podendo estender-se «a curto prazo» a outras urgências hospitalares de Lisboa.

TURISMO

Receitas

### PORTUGAL É O SEGUNDO PAÍS EUROPEU

Portugal registou o segundo maior crescimento de receitas turísticas entre os países europeus e o terceiro a nível mundial, em 1998, segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT).

No ranking dos 40 destinos turísticos mundiais, Portugal subiu da 17ª para a 15ª posição, ultrapassando destinos tradicionais como a Grécia (16ª posição), Suíça (17ª) e China e Hong Kong (18ª), salienta o relatório da OMT.

O crescimento das receitas do Turismo em Portugal foi de 11,6 por cento, cerca de seis vezes a média mundial (2 por cento).

As entradas de turistas registaram um crescimento de 10,5 por cento face a 1997, mais de quatro vezes superior à média mundial (2,4 por cento), refere a OMT.

Além disso, de entre o ranking dos 40 principais destinos turísticos mundiais, Portugal foi o país que apresentou a maior taxa de crescimento em 1998, face ao ano anterior.

No mesmo período, a Europa cresceu 3 por cento, e os países do sul - Espanha, França, Itália e Grécia - 6 por cento.

Em 1998, Portugal representou 2 por cento das chegadas do mundo e 1,1 por cen-



to das receitas totais.

A OMT estimou em 625 milhões o montante global de visitantes em 1998 (crescimento de 2,4 por cento face ao ano anterior), a que corresponderam receitas de cerca de 444 741 milhões de dólares.

A África foi o continente com maior entrada de turistas (7,5 por cento).

No Médio Oriente verificou-se o maior crescimento de receitas turísticas (6,5 por cento).

A Europa registou 373 milhões de chegadas de turistas (mais 3 por cento do que em 1997). Segundo a OMT, o Campeonato do Mundo de Futebol em França e a Expo'98 em Portugal foram factores positivos que contribuíram para esta evolução.

DIPLOMACIA

Angola

## GAMA DEFENDE CONTINUAÇÃO DE COOPERAÇÃO

O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Jaime Gama, que iniciou no dia 17 uma visita de 48 horas a Angola, disse, na passada quinta-feira, que Portugal tenciona prosseguir com acções de cooperação com este país.

O chefe da diplomacia portuguesa foi recebido em Luanda pelo Presidente José Eduardo dos Santos, sendo a sua agenda do dia marcada por encontros com outros responsáveis angolanos, nomeadamente os ministros dos Petróleos, Finanças, Defesa e Geologia e Minas. Visitou também, ao final da tarde, o Centro Cultural Português, instalado no edifício da Embaixada de Portugal, em Luanda.

«O Presidente José Eduardo dos Santos fez-me uma análise detalhada sobre a situação em Angola e suas implicações regionais e internacionais», disse à Imprensa o ministro Jaime Gama, afirmando que o Governo português recebeu o aval das autoridades angolanas para um maior



envolvimento de empresas portuguesas no desenvolvimento deste país. «Há um assinalável progresso no relacionamento entre os dois países», afirmou Jaime Gama, indicando que Portugal foi, em 1997, o primeiro fornecedor e o segundo dador de ajuda pública a Angola.

Entre 1994 e 1997, o nosso país aumentou cinco vezes o investimento privado no mercado angolano, aumentando em 40 por cento a ajuda ao desenvolvimento e o comércio bilateral, referiu o ministro.

«Portugal está com Angola e com o seu povo, coopera com as autoridades angolanas, porque é nos momentos difíceis que se conhecem os amigos», afirmou o chefe da diplomacia portuguesa.

Jaime Gama manteve ao fim da tarde do dia 18 um encontro com o ministro da Defesa angolano, Kundi Paiama, com quem tratou de questões ligadas à cooperação militar bilateral.

«Angola e Portugal estão condenados a viver juntos, como países irmãos e de uma mesma língua e com laços históricos profundos», afirmou o ministro da Defesa angolano, dirigindo-se ao governante português.

Para Kundi Paiama, empossado recentemente na pasta da Defesa, é «muito significativa» a visita de Jaime Gama a Angola, nesta altura em que o país volta a enfren-

tar uma situação de guerra movida contra o governo angolano pelo movimento oposicionista UNITA.

«A sua visita é muito significativa, numa altura em que precisamos de compreensão e solidariedade», disse a Jaime Gama o ministro da Defesa de Angola.

Em resposta, o ministro português disse que Portugal está disponível para desenvolver os relacionamentos com Angola, quer no plano bilateral, quer a nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

«Está em causa alcançar a paz em Angola e na região», disse Jaime Gama, reiterando que só por via pacífica será possível alcançar a prosperidade e a tranquilidade no país.

Gama terminou sexta-feira a sua visita oficial de 48 horas a Angola, mas antes de regressar a Lisboa, ao princípio da tarde, manteve ainda encontros com o líder da UNITA Renovada, Eugénio Manuvakola, e com o cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento.

RMG

Bragança

## TRINTA E SEIS POR CENTO DOS BENEFICIÁRIOS REINSERIDOS SOCIALMENTE

Trinta e seis por cento dos beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido (RMG), no concelho de Bragança, encontram-se já colocados em programas de reinserção social.

É mais uma prova que o RMG é um importante instrumento de combate à exclusão social. RMG que, recorde-se, contou sempre com uma forte oposição da direita (PSD e PP) que disse sempre cobras e lagartos desta medida progressista do Governo PS. A Comissão Local de Acompanhamento do RMG revelou no dia 18 à Comunicação Social os resultados do trabalho desenvolvido em 1998 ao nível do concelho de Bragança, aquele onde existe o maior número de candidaturas e beneficiários dos doze concelhos do distrito.

Das 1 151 pessoas contempladas com o RMG através de 371 candidaturas deferidas em 1998, 274 encontram-se já abrangidas por acordos de inserção social celebrados com diversas instituições. O ensino e a saúde tem sido as áreas para onde é encaminhada uma parte significativa dos beneficiários mas, segundo dados estatísticos, as maiores carências verificam-se ao nível do emprego e da habitação.

### Emprego e habitação

«Tanto no emprego como na habitação, a falta de oferta é o maior obstáculo com que nos deparamos», sublinhou António Valente,



membro da Comissão Local de Acompanhamento.

Aquele elemento acrescentou, «por outro lado, que as alternativas que vão aparecendo, nem sempre são aceites pelos contemplados».

Estas situações verificaram-se aquando da tentativa da comissão, juntamente com a Câmara de Bragança, de arranjar um local para instalar um acampamento de famílias ciganas.

Apesar de lhe ter sido oferecida uma zona nas imediações da aldeia de Vila Boa, a comunidade cigana preferiu manter-se junto à

antiga lixeira municipal, na cidade de Bragança.

Os elementos de etnia cigana contemplados com o RMG no concelho de Bragança não chegam a 12 por cento do total da população abrangida.

Os técnicos admitem, no entanto, que «alguns deles se instalaram em Bragança, a partir do momento em que foi lançado o projecto piloto do RMG, em finais de 1996».

O RMG foi alargado a todo o País em 1997 e, depois do primeiro ano de funcionamento no concelho de Bragança, a Comissão Local de Acompanhamento mostrou-se apostada em

cumprir a fase seguinte de prestação pecuniária.

Apesar deste propósito uma das razões que têm contribuído para a fiscalização de alguns processos prende-se com a recusa por parte dos beneficiários em aceitar as propostas da comissão para entrar na fase de reinserção social.

Dos 52 processos cessados em 1998 apenas 28 deixaram de ser contemplados com a prestação por já não se verificar a situação grave de carência económica.

Esta etapa do projecto foi considerada pelos técnicos «a mais importante por se tratar do passo fundamental para alcançar o principal objectivo do RMG, que é a integração das pessoas e acabar com a exclusão social».

«Poderão ser apenas pequenos sucessos, mas o facto de algumas pessoas irem pela primeira vez à escola ou terem também pela primeira vez um médico de família, já é bastante positivo», sublinhou Idalina Brito, coordenadora da comissão.

O concelho de Bragança utilizou 18 dos 48 mil contos pagos mensalmente pela Segurança Social no Distrito de Bragança para prestações secundárias do RMG, que abrangem 6 180 pessoas.

«Este grupo de pessoas pertencem a um grupo social bastante desfavorecido», referiu a directora do Centro Regional de Segurança Social de Bragança, Alice Ferreira, frisando que «apesar de não existir uma percentagem significativa de pobreza no distrito de Bragança, a que existe é extrema».



## Alenquer

### Actividades culturais na biblioteca municipal

Estão já programadas diversas iniciativas culturais que decorrerão em Março na biblioteca municipal de Alenquer.



Uma noite de poesia com Camacho Costa, uma exposição sobre o «Dia da Árvore», a iniciativa «Encontro com a Escrita», que terá como autora convidada Lúcia Jorge, e ainda o Festival de Teatro Amador do Concelho de Alenquer são algumas das actividades culturais programadas para Março.

## Amadora

### Mais estacionamento público

A Câmara Municipal da Amadora vai aumentar a oferta de locais de estacionamento público em 44 por cento, com a construção de dois parques subterrâneos para viaturas ligeiras no centro da cidade. As duas infra-estruturas vão dispor de capacidade para 610 veículos.



## Cascais

### Inaugurado «Espaço Memória»

O presidente da Câmara de Cascais, José Luís Judas, esteve presente no passado dia 22 de Fevereiro, na inauguração do «Espaço Memória – Cascais/Estoril – Lugar de Exílio», na Estação de Correios do Estoril. A musealização do tema Cascais/Estoril Lugar de Exílio permitirá perpetuar a me-

mória do Estoril, expõe de forma sistemática e regular a vivência de uma época, através de um vasto conjunto de documentação existente no Arquivo Histórico Municipal de Cascais e que constitui um exemplo de preservação da memória histórica local e mundial. Este edifício dos CTT inaugurado em 1942 é um projecto da autoria do arquitecto Adelino Nunes, constituindo uma importante referência e consequentemente um dos valores patrimoniais do concelho. A sua localização assume uma especial importância, dado a localidade do Estoril ser uma das referências fundamentais no contexto do acolhimento a exilados e refugiados no nosso país, designadamente durante a II Guerra Mundial.

### Rastreio dentário gratuito

A Câmara Municipal de Cascais e o Núcleo da Cruz Vermelha da Costa do Estoril estão a desenvolver uma campanha de rastreio dentário destinada a toda a população residente no concelho. Este rastreio decorre até ao final de Junho, nas instalações da Cruz Vermelha Portuguesa, na Parede, entre as 12 e as 19 horas, às segundas, quartas e sextas, podendo os interessados fazer a sua inscrição através do telefone 457 09 24.

## Fafe

### Rancho folclórico fica com antigo matadouro

A Câmara de Fafe vai doar o antigo edifício do matadouro municipal ao rancho folclórico local para a construção da sua sede social, por troca com um terreno atribuído há dois anos à colectividade, situado em Calvelos.



A decisão teve os votos favoráveis da maioria socialista no Executivo camarário, tendo os dois vereadores do PSD votado contra e o autarca eleito pela Política XXI optado pela abstenção.

Nos termos da proposta aprovada, a doação do edifício será condicionada, revertendo a sua propriedade para a autarquia caso o Rancho Folclórico de Fafe seja extinto ou interrompa a sua actividade durante mais de dois anos consecutivos. Naquele edifício, a colectividade, além da sede social, pretende criar um espaço de divulgação do património etnográfico da

região minhota, com destaque para os traços e as alfaias agrícolas.

### Trânsito

O Executivo camarário de Fafe deliberou ainda dar cumprimento à sentença do Tribunal Administrativo do Porto que declarou ilegais algumas das disposições da postura de trânsito municipal. Nestes termos, serão eliminadas disposições relativas ao estacionamento em cima dos passeios, à autorização para provas desportivas, à fixação dos limites de velocidade e ao bloqueamento de veículos estacionados.

Em comunicado, a Câmara de Fafe salienta que a eliminação destas normas «em nada afecta a operacionalidade da postura», admitindo a possibilidade de recorrer a «outros dispositivos, nomeadamente o Código de Estrada, para colmatar essas falhas».

## Faro

### Câmara apoia Festival de Cinema do Algarve

A Câmara Municipal de Faro apoia a realização de mais uma edição do prestigiado Festival Internacional de Cinema do Algarve, através da atribuição de um subsídio de 200 contos.

Como contrapartida, serão realizadas em Faro dez sessões de cinema integrando todos os filmes da secção competitiva do Festival.

Cinco dessa sessões serão à tarde e destinadas exclusivamente ao público infantil.

## Lisboa

### Coielho no Martim Moniz

Desde o dia 20 e até amanhã, dia 26, a renovada Praça do Martim Moniz é palco das comemorações do Ano Novo Chinês, que agora se celebra como o Ano do Coelho.

A iniciativa é da autarquia alfacinha e do Leal Senado de Macau.

No Martim Moniz, estão tendas de venda de produtos chineses, desde artesanato até gastronomia, havendo também distribuição de Lai Si à população.

O Lai Si é uma forma ancestral chinesa de desejar boa sorte e prosperidade. Destaque ainda para os numerosos espectáculo de animação de rua.

## Matosinhos

### Concelho vai ter parque público

A notável obra de Narciso Miranda, um dos autarcas-modelo do PS, continua.

A Câmara Municipal de Matosinhos aprovou o projecto de revitalização do parque público do concelho, que será dotado com diversos equipamentos que visam torná-lo mais atractivo para a população.

O projecto, que envolverá um investimento de cerca de 25 mil contos, prevê a criação de novos equipamentos lúdicos para os mais jovens, entre os quais um parque infantil e pistas para skate, patins em linha e bicicletas BMX.

A implantação de mobiliário urbano e a plantação de vegetação são outras das medidas previstas.



## Povoação

### Lançamento do livro «Madrugada de Terror»

A Câmara Municipal de Povoação lançou o livro «Madrugada de Terror», de Albino Silva, um poeta popular da Freguesia de Ribeira Quente.

Este livro é um testemunho do autor sobre os acontecimentos trágicos da Ribeira Quente, mas é também um testemunho dos sentimentos individuais e colectivos que assolaram os açorianos naqueles fatídicos dias, cada vez mais distantes.

## Setúbal

### Câmara multa empresa por danos ao ambiente

A Câmara Municipal de Setúbal, presidida pelo socialista Mata Cárceres, condenou a empresa Setareais a uma multa de 500 contos, por danos ao ambiente.



Além de extrair areias do Sado, a firma derubou sobreiros em Mourisca.

O processo reporta-se a 1997 e, segundo o presidente da autarquia, «a empresa deu início à extracção e movimentação de terras sem que para tal estivesse autorizada».

## PS EM MOVIMENTO

### ALEMANHA

#### Nova estrutura em Dortmund

No passado dia 23 de Janeiro, por iniciativa da Federação do PS na Alemanha, decidiram os militantes, reunidos em plenário, criar um novo núcleo, embrião para a futura Secção de Dortmund, em substituição da Secção que até agora tem existido. Todos os assuntos relacionados com este novo núcleo devem ser dirigidos ao camarada Alfredo Santos Pina (Kronprinzenstr. 65, 44135 Dortmund, Alemanha). Este camarada será coadjuvado pelos camaradas António Manuel Gonçalves e Anibal Vicente Maltez, que em conjunto irão dar uma nova dinâmica ao PS em Dortmund. Esta é mais uma prova do dinamismo da Federação do PS na Alemanha e uma prova do trabalho dedicado dos seus militantes, afinal os protagonistas dos grandes resultados alcançados pelo PS a nível local e nacional.

### CAMPO DE OURIQUE

#### Flávio Fonte recandidata-se

No próximo dia 3 de Março os militantes da Secção de Campo de Ourique vão ser chamados às urnas para elegerem os novos órgãos dirigentes desta estrutura, uma das mais dinâmicas do PS.

À frente de uma equipa activa e experiente, de militantes com provas dadas a diversos níveis no PS, o camarada Flávio Fonte vai recandidatar-se ao cargo de secretário-coordenador da Secção de Campo de Ourique, uma das estruturas que mais se destacaram nos últimos anos pelo excelente trabalho realizado.

Assim, a lista A tem como secretário-coordenador do Secretariado o camarada Flávio Fonte. Integram ainda o Secretariado os camaradas Eugénia Gavião (Tesouraria e Organização); José Fava Baptista (Aparquias e Informação); Fernanda Cruz Dias (Departamento de Mulheres); Jorge Telmo Matos (Juventude e Organização); Maria Luísa Fonseca (Acção Social e Secretaria) e José Lopes Baptista (Mobilização e Organização).

O Secretariado tem como suplentes os camaradas Isabel Graça, António Geraldo, Cristina Ribeiro, Alberto Costa, Ana Mafalda, José Moura, Arlete Duarte, Pedro Vasco Parreira e Maria Craveiro Saraiva.

Por sua vez, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos camaradas Mário Paiva, presidente, e José Matias e Augusto Pascoal, respectivamente, 1º e 2º secretários. Otilia Neves, Francisco Bento e Virgínia Gonçalves são os suplentes da Mesa da Assembleia Geral.

Porque falar e reflectir é cada vez mais necessário no PS, a lista A propõe-se dinamizar os seguintes Grupos de Trabalho: Juventude (coordenado por Ana Patrício Neves) e Informação (coordenado por José Cavaco Faustino).

De salientar que na sua composição a lista A cumpre, nomeadamente, a questão estatutária das quotas.

Os camaradas que integram a lista A propõem-se continuar e aprofundar o notável trabalho realizado nos últimos dois anos.

Entre as numerosas iniciativas desenvolvidas, destaque para os debates realizados com a presença dos membros do Governo Manuel Maria Carrilho, Ferro Rodrigues e Rui Cunha, bem como para a dezena de reuniões gerais de militantes e ainda para o jantar do 24º aniversário da Secção.

Aprofundar o projecto iniciado há dois anos e continuar a luta por uma sede para a Secção são os principais objectivos da lista A liderada pelo camarada Flávio Fonte.

### COIMBRA

#### PS reúne com empresários

O Secretariado da Federação de Coimbra do PS e o Gabinete de Estudos Federativo promoveram no passado dia 29 de Janeiro, no Auditório CENFORVAL (antiga Escola C+S), uma reunião de trabalho subordinada ao tema «As PME's e o desenvolvimento do distrito de Coimbra» com empresários dos concelhos de Góis, Miranda do Corvo, Lousã, Arganil, Penacova, Vila Nova de Poiares, Pampilhosa da Serra e Tábua.

Esta iniciativa inseriu-se no Plano de Actividades da Federação de Coimbra, liderada pelo camarada Fausto Correia, e teve como objectivo aprofundar o debate com os agentes de desenvolvimento do distrito.

O PS pretendeu, em conjunto com os empresários desta zona do distrito de Coimbra, elencar as condicionantes do desenvolvimento económico e empresarial e, ao mesmo tempo, formular as propostas que permitam ultrapassar essas condicionantes.

### GUARDA

#### PS elogia Governo

O PS/Guarda, num comunicado, «congratula-se com dois projectos governamentais» no âmbito das novas tecnologias de informação, «no que eles constituem de bens de inestimável valor para um maior desenvolvimento socioeconómico da Guarda e da região, e no que representam de aposta no combate à interioridade».

A Federação da Guarda do PS sublinha que «a cidade da Guarda e o seu distrito, através de duas medidas governamentais, encontram-se na vanguarda das novas tecnologias de informação».

Os socialistas da Guarda referem-se ao projecto «Guarda-Cidade Digital», onde se prevê, numa primeira fase, «um investimento de 72 mil contos em cinco áreas distintas que abran-

gem sectores como a saúde, a educação e o trabalho».

Por outro lado, o PS/Guarda sublinha ainda a importância de um outro projecto, os primeiros Cybercentros criados no passado dia 17, estruturas tuteladas pelas Secretarias de Estado da Juventude e da Habitação e Comunicações.

#### Novas tecnologias

«A Guarda foi assim uma das primeiras cidades contempladas com um destes novos espaços, o que facilitará aos estudantes o acesso às novas tecnologias de informação que as podem utilizar para a realização dos seus trabalhos, recolher informações ou, simplesmente, para navegar na Internet», lê-se no comunicado.

### ÍLHAVO

#### Eleições para a Concelhia

A lista liderada pelo camarada João Bernardo venceu as eleições realizadas recentemente para os órgãos dirigentes do PS/Ílhavo e nas quais participaram 106 militantes. Concorreram duas listas. A lista A era encabeçada pelo camarada Humberto Rocha (ex-presidente da Câmara da cidade e actual vereador), enquanto a lista B era liderada pelo camarada João Bernardo.

A lista B, que concorreu sob o lema «Uma Concelhia Credível e Moderna – Um PS Aberto e Dinâmico», saiu vencedora por uma diferença de apenas quatro votos.

Implantar uma nova estratégia com uma nova equipa solidária e credível capaz de abrir o partido à sociedade, colocando-o na liderança do debate político concelhio, é a aposta do camarada João Bernardo, que se propõe criar o Gabinete de Estudos e Reflexão, existindo já uma comissão para a sua dinamização.

#### Quem é João Bernardo

Natural de Ílhavo, professor do ensino básico, o camarada João Bernardo é licenciado em Gestão e Administração Escolar e é vice-secretário-geral do Sindep.

Foi fundador da JS de Ílhavo e dirigente nacional de 1976 a 1980. Nos anos 70 e 80 foi secretário-coordenador do PS de Ílhavo e posteriormente do PS de Amora.

A residir actualmente em Ílhavo, o camarada João Bernardo foi provedor da Santa Casa da Misericórdia do Seixal, fundador e director do jornal «O Amora» e vice-presidente da Anafre.

CARLOS DUARTE correspondente em Ílhavo

### LEIRIA

#### PS contra ofensa do dr. Costa

Num comunicado, assinado pelo camarada José Miguel Medeiros, a Federação do PS/Leiria reagiu violentamente contra o teor da entrevista ao «JL» de Fernando Costa, vice-presidente distrital e dirigente nacional do PSD.

O PS/Leiria manifesta, no documento, «o seu profundo repúdio e indignação pelo carácter ofensivo e insidioso das afirmações do dr. Costa em relação ao primeiro-ministro de Portugal e ao deputado Henrique Neto».

Para os socialistas leirienses, «é perfeitamente inaceitável, num Estado de Direito democrático, que alguém com o nível de responsabilidades do dr. Costa se permita descer tão baixo, não hesitando em recorrer à ofensa pessoal para atingir os seus objectivos políticos».

O PS/Leiria refere, no comunicado, que «infelizmente o dr. Costa e o partido de que é vice-presidente e dirigente nacional parecem querer inaugurar uma nova era com a introdução da má-educação, da calúnia pessoal e da insinuação como instrumentos privilegiados da acção política».

#### Desespero político do PSD

Para o PS/Leiria, «a sofreguidão eleitoral com que o dr. Costa e o seu partido se têm apresentado na cena política regional, a 10 meses das eleições legislativas, é para os socialistas e para a opinião pública em geral, um evidente sinal da fragilidade e do desespero político em que se encontram».

Por último, os socialistas leirienses «reafirmam a sua total confiança e solidariedade ao primeiro-ministro e ao deputado Henrique Neto, reiterando-lhes o seu apreço pela forma competente, honesta e corajosa como têm desempenhado as funções que o povo português lhes confiou».

## JS quer uniões de facto para homossexuais

A Juventude Socialista anunciou no dia 18 que está a preparar um projecto de lei sobre uniões de facto de homossexuais.

Segundo o líder da JS, Sérgio Sousa Pinto, o diploma terá como objectivo estender benefícios fiscais e direitos sociais aos casais homossexuais, tendo garantido que não desistirá de «consagrar essas medidas».

Por isso, apresentará um segundo texto que «complete aquele que subirá a plenário no dia 3 de Março».

Neste dia será debatido na AR o reconhecimento de direitos às uniões de facto entre heterossexuais.

Sérgio Sousa Pinto, em declarações à Agência Lusa, esclareceu que o diploma sobre homossexuais não atribuirá a estes o direito de adopção.



## E DEPOIS DA NOVA MAIORIA?

**H**á pouco mais de três anos, quando António Guterres, com o PS, assumiu o compromisso de formar uma *Nova Maioria*, foram traçados dois conjuntos de desafios que o Governo procuraria enfrentar: um primeiro, passível de enquadrar na ideia de coesão social e um segundo, que remetia para a ideia de reforma administrativa e do sistema político.

Três anos depois, é inegável que a *Nova Maioria* – e apesar das críticas de todos aqueles que nela não viam diferenças por relação aos Governos PSD – enfrentou com bastante sucesso o desafio da coesão social. Exemplo disso são: a aposta real na educação, nomeadamente com o desenvolvimento do pré-escolar – um dos principais mecanismos de prevenção das desigualdades; a diminuição da severidade da pobreza, com o lançamento do Rendimento Mínimo Garantido, mas também, com a diferenciação das prestações familiares e o aumento, acima da inflação, das pensões sociais e de reforma de valor mais baixo; o rigor orçamental, e o que esse esforço representa, particularmente no médio prazo, para a sustentabilidade da economia portuguesa e, consequentemente, em termos de criação de riqueza. São apenas três exemplos, mas são exemplos de como, por relação aos Governos PSD, foram invertidas as prioridades e consequentemente, temos hoje uma sociedade em que se dão passos seguros no sentido da diminuição do padrão de desigualdades e no reforço da coesão social.

Mas, três anos depois, é também verdade que se avançou menos do que pensávamos possível no que toca ao desafio da reforma político-administrativa. Com a derrota no referendo, a regionalização ficou adiada *sine die*; por seu lado, a fraquíssima participação eleitoral no referendo sobre a IVG, mas também, no da regionalização, coloca em causa, de forma séria, a própria ideia de consulta popular; a prometida revalorização do parlamento, e em grande medida porque o líder do PSD não é deputado e o do PP abdicou do seu lugar, é hoje uma miragem cada vez mais distante; a alteração da lei eleitoral foi hipotecada pela ausência de uma maioria que a viabilizasse no parlamento; e as tentativas para fazer revitalizar os Estados Gerais têm-se revelado tímidas.

Mas se é verdade que ficámos aquém do que era desejado em termos de reforma político-administrativa, tal terá sucedido, não porque o Governo da *Nova Maioria* e o PS não o tenham activamente procurado, mas sim porque não se procurou criar na sociedade as condições para que tal sucedesse. Por muito empenhamento pessoal que tenha havido dos militantes, de vários dirigentes e governantes – muitas vezes com grande determinação e à custa da sua própria imagem pública e política, a verdade é que não houve movimento social ou de opinião que servisse de apoio às reformas que justamente se pretendia



implementar. E se é possível aumentar a coesão social a partir, quase unilateralmente, do Governo, o mesmo não se poderá dizer das reformas políticas. Não há reforma político-administrativa que, num quadro democrático e, no caso concreto, de maioria relativa, vingue sem um movimento que ultrapasse a própria base política de sustentação do Governo. Num contexto de desconfiança generalizada face à classe política, não há mudança e reforma político-administrativa que vingue sem um esforço sério e continuado de pedagogia e envolvimento social.

Julgamos por isso que importa retirar lições deste insucesso, até porque no reconhecimento e identificação dessas falhas residirá muita da capacidade de encontrar um novo fôlego para uma desejável *Nova Nova Maioria*. Temos de ter a consciência que umas eleições ganhas sem um movimento e uma dinâmica real de apoio têm um efeito muito limitado. Aliás, uma maioria governativa assim formada traz em si as condições do seu próprio declínio. Uma *Nova Nova Maioria* que sirva o país precisa de um novo fôlego, um novo fôlego para o qual é necessário abrir novos caminhos.

Como é hoje unanimemente reconhecido, grande parte da dinâmica vencedora da *Nova Maioria* residiu na capacidade de criar um movimento que, a partir do PS, mobilizou vastos sectores da sociedade portuguesa. Com os Estados Gerais, o culminar desta estratégia, procurou-se fazer com que o novo governo não fosse apenas um governo do PS, mas sim um governo em

que grande parte da população portuguesa se visse, de facto, representada. Mas os Estados Gerais, tratando-se de uma experiência muito interessante de diálogo e parceria com a sociedade civil, foram uma iniciativa, pela sua própria natureza, limitada no tempo e com evidentes limitações na forma, em grande medida por reproduzirem as insuficiências dos partidos.

Os Estados Gerais assentaram numa lógica de cooptação de independentes para a *Nova Maioria*, muitos deles de enorme valor, ou seja, reproduziram e potenciaram a lógica de relacionamento individualizado e fulanizado que caracteriza os partidos. Em lugar de se institucionalizar um diálogo continuado e salutarmente conflituoso com o conjunto das organizações e movimentos que representam a sociedade civil, a opção foi recrutar um conjunto de personalidades. É uma estratégia que trouxe, no imediato, benefícios, mas é, também, uma estratégia que não procura produzir, no médio prazo, um efeito de redinamização e mudança da vida política portuguesa. Os partidos são um esteio fundamental para a vida política e o PS desempenha, cada vez mais, um papel decisivo para a concretização das causas da esquerda. No entanto, temos de estar conscientes que existe hoje na sociedade portuguesa um conjunto de movimentos sociais e de organizações que assumem uma progressiva relevância para a representação na esfera política dos interesses e anseios de muitos portugueses. O PS não deve viver de costas voltadas para estes movimentos.

E não o deve fazer por três razões: Primeiro, porque estes movimentos não são concorrentes dos partidos, mas sim, complementares – caso se desenvolva um diálogo profícuo, mas sem tentativas hegemónicas. Segundo, porque representando novas causas, que a própria natureza dos partidos, tal como existem, não compreende, e consequentemente envolvendo novos grupos sociais, são um factor de pluralismo na sociedade. Terceiro, porque uma parte muito significativa destes movimentos pode evocar para as suas causas grande parte do património das lutas da esquerda.

No entanto, a crise do modelo de partido de massas não deve servir para tornarmos o PS numa máquina eleitoral em que a militância e a participação não contam. O PS não pode ser apenas uma sigla que alguém usa para se candidatar a uma qualquer eleição. Os militantes têm de ser os líderes da abertura e da dinamização da vida partidária. Para tal, é necessário que o partido exista para além das esferas de poder que, em diferentes momentos, vá ocupando. Nos bons e nos maus momentos é necessário um partido forte, mas um partido forte não é, nem pode ser, um partido fechado sobre si mesmo e que vive claustrofobicamente em "caves". Um partido aberto é um partido com forte participação dos seus militantes, com debate e pensamento político próprio por relação ao governo, que investe na formação e na captação de novos quadros e que demonstre uma permanente capacidade de renovação.

A *Nova Nova Maioria* precisa de um PS que, de modo crítico, seja uma plataforma entre o governo e a sociedade. Um partido que exista autonomamente, nem excessivamente governamentalizado, nem por outro lado, dependente da volatilidade da sociedade civil. Um partido que seja uma mais-valia, com pensamento próprio e que sendo útil nos maus momentos, também o seja nos bons. Temos de ter a consciência que adiar por mais tempo a tarefa de redinamização do partido, bem como legitimar toda a acção governativa só através do aumento da coesão social, é contribuir para a tendência de descredibilização generalizada da política e da classe política. Mas o trabalho de credibilização da política não tem obrigatoriamente de partir de cima, dos órgãos dirigentes dos partidos. É uma tarefa que, sem prejuízo da vontade dos órgãos de cúpula, deve assentar no trabalho dos militantes e no empenhamento demonstrado pelos órgãos de nível local. Três anos depois da vitória nas eleições legislativas, há ainda tempo e margem de manobra: à porta de uma nova maioria não podemos perder a oportunidade de fazer do PS um partido que, valendo à esquerda, valha também ao governo. Por isso, não aceitamos indiferentes que, em nome das pequenas vitórias imediatas, se hipoteque o futuro próximo do PS e da esquerda portuguesa.

PARLAMENTO EUROPEU

Fernando de Sousa

## MÁRIO SOARES E A IDEIA DA EUROPA



**M**ário Soares, a figura titular mais representativa da democracia portuguesa, acaba de anunciar a sua disponibilidade para assumir a lista do PS ao Parlamento Europeu. O político que abriu a Portugal as portas da Europa, que desde cedo se manifestou um europeísta convicto e que sempre acreditou na constituição e afirmação da Europa como um polo fundamental do mundo, um dos parceiros imprescindíveis da tríade mundial, volta a assumir um papel determinante neste labor paciente do empenhamento de Portugal na Europa. Não nos iludamos. Mário Soares, embora socialista, não assumiu esta nova função como socialista, outrossim, como português e como europeu.

Numa Europa em que escasseiam, como o primeiro-ministro, António Guterres, já referiu, os homens políticos de envergadura e prestígio, e são raros aqueles que não só acreditam mas também «sentem» o «desafio europeu», é salutar e encorajador ver Mário Soares candidatar-se ao Parlamento Europeu.

Não o movem fúrias partidárias ou laivos de notoriedade. Não o determinam ambi-



ções pessoais nem sede de glória. Não o animam interesses mesquinhos, nem vãs ilusões.

Não. O que anima Mário Soares é a ideia da Europa, é a ideia de uma Europa unida,

é, afinal, a concretização do sonho defendido por muitos europeus desde o século passado, desde Victor Hugo, para já não falarmos nas aspirações iluministas – que preconizaram os Estados Unidos da Europa ou uma Europa federal.

Com efeito, nunca os europeus, ao longo da sua multissecular história, estiveram unidos. E nunca a Europa se apresentou à face do mundo como um só espaço, uma só política, uma só voz.

A Europa foi sempre uma entidade abstracta, resultante da leitura dos espaços e das políticas dos diferentes Estados que a integram. Mobilizou-se efemeramente mas nunca totalmente contra poderosas ameaças externas, mas o que sempre caracterizou a vida europeia até 1945, foi a rivalidade, a hostilidade, a guerra.

Aconteceu algo de semelhante, muitos tempos atrás, com a Grécia antiga, de tal modo que levou à sua destruição total, invadida e dominada por outros invasores. A Europa, na sequência das duas guerras mundiais, já no nosso século, ficou também exangue e moribunda, por uns instantes, à mercê de outras potências. Não perdeu a independência. Mas deixou de con-

tar no panorama mundial.

O sonho europeu de Mário Soares é o sonho, afinal, de todos aqueles que, refletindo à luz do ser passado, não compreendem que a Europa só poderá recuperar o prestígio e a influência de outrora, unida, coesa, solidária.

Unida política e economicamente, para poder dar uma réplica séria às outras grandes potências do mundo, os Estados Unidos da América, o Japão e a China.

Coesa, solidária e humana, porque a Europa tem de assentar a sua identidade, o seu processo de inovação e enriquecimento de conhecimento, enfim, o seu desenvolvimento nos mais diversos planos, a sua competitividade, nos ideais do universalismo, da paz, da liberdade, da igualdade de oportunidades e da justiça social, valores tão caros à sua civilização, porque só assim será possível, na Europa e no mundo, fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as injustiças e a guerra. É esta Europa que Mário Soares persegue. É esta Europa por que se bate. É em nome dessa Europa que Mário Soares se candidata.

In - Jornal de Notícias -

PERSPECTIVA

Iglésias Costal

## TECNODEPENDÊNCIA: NOVA ESCRAVATURA



**E**stamos a um passo do novo século: o XXI.

Mudar de milénio é algo que mexe, de certa maneira, com a psicologia de muitos humanos. Pelo menos por influência.

Passaram 2000 anos do início da era cristã e muitos mais passarão, até que um dia, por motivos dinâmicos universais, o nosso Sistema Solar desaparecerá.

Não nos esqueçamos que o Universo é algo incompreensível no seu infinito. Também algo de não tangível na sua multiformação e não podemos ignorar os milhões e milhões de galáxias. E aqui estamos, na nossa Terra, à sua dimensão, azul vista do espaço.

A dimensão e a interactividade geracional que relativiza tudo, pode, de facto, ajudar-nos a entender o dual biunívoco e unívoco da nossa existência. Finita, também ela.

Tentando perceber o que tudo isto significa com a posse, o poder e o usufruir. É estranho, no comportamento humano, que a posse e o poder actuem como binómio dinâmico, gerador permanente de conflitualidade.

Enquanto nos racionais a posse determina

«estatuto» e «segurança», nos irracionais determina sobrevivência instintiva como forma de assegurar continuidade da espécie.

Nesta época, mesmo nas anteriores, o homem teve necessidade de se rodear com a acumulação de bens e riquezas, mesmo que estes não lhe tragam felicidade, nem utilidade. Se acrescentarmos o problema ecológico temos com esta atitude uma caracterização aberrante. De facto, é do foro comportamental, esta maneira de agir.

Todos os dias estamos a ser influenciados pela publicidade que penetra nas consciências para mais e mais consumismo. Estamos a entrar cada vez mais nas utilidades compulsivas com a crescente desordem das interações.

Ao longo dos tempos o homem foi-se libertando das forças que o manietavam, como, por exemplo, das dinastias feudais, dos imperadores e senhores que não tinham a menor consideração pelo ser humano. Nesse libertar constante, o homem foi enriquecendo o conhecimento e dotou-se de novas configurações psicológicas para o futuro.

A ciência contribui, também, para esse li-

bertar. Ajudando-o em tarefas menos próprias para a sua inteligência. Começou-se a dominar a máquina e simultaneamente a aperfeiçoá-la. Contudo, com a produção em série e o capitalismo acumulativo começam a nascer obstáculos a uma vida mais saudável.

A necessidade de trabalharmos para as várias áreas da produção gerou um exército de robots «pensantes» e «humanos» que, conforme as solicitações, eram, são, requisitados e dispensados.

Entretanto a sociedade ia consumindo, continua a consumir, pela via da futilidade e não da utilidade, necessidade. A habituação tornou-se uma referência e uma escravatura. Por um lado, os produtores procuram a inovação, novos produtos, por outro, o consumidor sente o apetite e a necessidade de adquirir o último modelo, porque o ciclo do mesmo é mais curto.

Há, sem dúvida, uma relação proporcional e simultaneamente exponencial, entre o produtor fabricante e o consumidor.

As novas escravaturas passam por ter o último modelo porque senão não podemos acompanhar o chamado «progresso». Esta

habituação tecnodependente escravizava-nos.

Nos finais deste século, a ciência revelou-nos os vários «segredos» do mais básico ao computacional.

Penso que está na altura do homem interiorizar, parar, pensar e retomar o caminho do futuro, com mais ética e consolidação de passos. «Step by step.»

Só que a lógica do lucro não deixa espaço para a reflexão e as necessidades criadas estão mais presentes. O homem não consegue libertar-se e dominar a avidez do possuir. Prefere o ter, ao ser. Como também o ter, ao saber.

O repensar a vida dos terrestres tem que ser uma preocupação permanente, constante. Os últimos números da distribuição da riqueza, do desemprego, da fome no mundo, são elucidativos que muito vai mal, que é forçosa a mudança e quanto mais cedo, melhor. Ou será que o negócio do futuro é construir esquadras e prisões?

Não é possível continuarmos a viver com a abundância, para uns poucos, e a pobreza, miséria e a exclusão para biliões.

A Terra vista do espaço é maravilhosa. Que o seja também da própria Terra...



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Cinema na Amadora**

Os Recreios da Amadora serão, hoje, às 10 horas, palco para o concerto a cargo da Orquestra do Norte.

Amanhã, às 21 e 30, assista no Auditório Municipal, à exibição do filme «A Vida em Directo», com Jim Carey no papel principal. No sábado a sugestão vai para a produção nacional. Trata-se da película protagonizada por Joaquim de Almeida, «Em Fuga».

**Seminário em Albufeira**

Amanhã, no Auditório Municipal, decorrerá um seminário subordinado ao tema «A Defesa do Consumidor e o Direito à Informação».

Com início às 9 e 30, o evento traz à cidade especialistas na área do consumo que abordarão temáticas como «A Educação para o Consumo», «Time-Sharing/Vendas Agressivas» e «Crédito ao Consumo».

**Tinteiros em Cascais**

«A Cultura no Serviço Público de Televisão» é o tema da conferência que Carlos Pinto Coelho proferirá no âmbito da iniciativa «Conversas com Letras», promovida pela Câmara Municipal, amanhã, pelas 22 horas, no Museu Condes de Castro Guimarães. Encontra-se patente ao público, no Centro Cultural dos Descobrimentos (Praça 5 de Outubro, antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários), a exposição «Tinteiros dos Descobrimentos», da autoria do artista plástico António Viana.

**Pintura em Coimbra**

Hoje será inaugurada, pelas 22 horas, uma exposição de pintura na Galeria Santa Clara. A cerimónia contará com a presença dos artistas Eduardo Salavisa, Cristina Carvalho e Ana Vaz de Barros. Também hoje continua, às 22 horas, na Sala Polivalente da Casa Municipal da Cultura, o ciclo musical «Vozes na Música». Desta feita poderá assistir ao espectáculo intitulado «Quarteto Vocal com Piano», que contará com as interpretações de Sara Simões (soprano), Margarida Reis (mezzo-soprano), Mário João Alves (tenor), Pedro Teles (baixo), Jaime Mota (piano) e João Queirós (piano).

**Conto em Fafe**

Ao todo serão 83 minutos de muita animação que os mais pequeninos poderão desfrutar hoje, às 10 e 30 ou às 15 horas, quando na Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian participarem no programa de animação infantil intitulado «Era Uma Vez...» e que esta semana traz o conto da «Polegarzinha». Para os mais velhos o convite é outro. No Auditório Municipal da Casa da Cultura, pelas 21 e 30, será apresentada a obra literá-

ria e poética «Lugar dos Dias», de Pompeu Miguel Martins.

Ainda hoje assista à inauguração da mostra «Oráculos de Paris» - desenhos de César Taibo -, na Galeria Municipal. A exposição permanecerá aberta ao público até 13 de Março.

**Acordeões em Faro**

A Câmara Municipal organiza, em parceria com as Juntas de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe e de Estói, na tarde de sábado, dia 27, um Encontro de Acordeonistas. O evento realizar-se em Santa Bárbara de Nexe.

**Música em Guimarães**

«A Hora Mágica» é a película de Robert Benton que poderá ver se passar hoje, às 21 e 45, no Auditório da Universidade do Minho.

A Orquestra do Norte recriará a ópera das marionetas, este sábado, dia 21, no Paço dos Duques de Bragança. O espectáculo insere-se no programa do Festival de Inverno que decorre na cidade até ao próximo mês de Março.

**Ópera em Lisboa**

A partir de hoje e até ao sábado dia 27, às 21 e 30, os amantes do «espectáculo total» poderão apreciar a ópera «La Bohème», de Puccini, no Coliseu dos Recreios.

«A Barreira Invisível» é um filme que Terrence Malick viu nomeado para várias categorias dos prémios Oscars da Academia e «Vingança» é a mais recente realização de Brian Helgland, com Mel Gibson como protagonista. Ambos poderão ser vistos, a partir de amanhã, nas salas de cinema lisboetas. O Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB) é o cenário de um recital de piano que se realiza no próximo dia 3 de Março.

Trata-se de um espectáculo integralmente preenchido com obras de grande repertório pianístico de todos os tempos. Beethoven, Chopin, Debussy e Scriabin são os compositores escolhidos por Miguel Borges Coelho para o seu regresso ao CCB.

**Teatro em Portalegre**

A Companhia Teatro de Portalegre apresenta, até ao dia 27 de Março, a peça «Garrettismos», na Igreja do Convento de São Francisco, no âmbito das comemorações do bicenténario do nascimento de Almeida Garrett.

**Conferência em Portimão**

Jorge Manuel Leitão Ferreira falará sobre «Crianças Vítimas de Maus Tratos», amanhã, pelas 21 e 30, no âmbito das conferências da Biblioteca Municipal Manuel Teixeira Gomes.

**Expressão feminina no Porto**

Pipilotti Rist (Suíça, 1962), uma das mais conceituadas artistas da vídeo-arte internacional, apresenta, até ao dia 28 de Março, na Fundação de Serralves, alguns dos seus mais recentes projectos, caracterizados pela exploração da experiência do quotidiano e das formas de expressão feminina.

**Camélias em Santo Tirso**

Numa organização da autarquia local, realiza-se no Museu Municipal Abade Pedrosa, durante o próximo fim-de-semana - dias 26, 27 e 28 -, a III Exposição/Concurso de Camélias de Santo Tirso.

**Filme em Valença**

O Cine-Ibéria exhibe, a partir de amanhã e até ao dia 4 de Março, o último filme de Emir Kusturica, «Gato Preto, Gato Branco», de segunda a sexta-feira às 22 horas, aos sábados às 21 e às 23 e 30 e aos domingos pelas 15 e 30 e 22 horas.

**Peça em Vila Real de Santo António**

«A Peste», de Albert Camus, é a peça à que poderá assistir, amanhã, pelas 21 e 30, no Centro Cultural.

SUGESTÃO

**MÚSICA E DANÇA'99**

Decorre já e até ao dia 8 de Maio, em Setúbal, a Temporada de Música e Dança'99.

Trata-se de um evento cultural que proporciona a actuação, na cidade do Sado, de artistas, grupos e companhias com actividade relevante no domínio da música e da dança, numa iniciativa da autarquia local que contou com a colaboração da Academia de Dança Contemporânea, do Conservatório Regional de Música e do Coral Infantil de Setúbal. Prometedor, o programa da temporada prevê para hoje e amanhã, no Fórum Municipal Luísa Tody, um espectáculo da C&D&Cê, como também é conhecida a Companhia de Dança Contemporânea de Setúbal, intitulado «O Aprendiz de Feiticeiro ou... Aconteceu!».

Especialmente dedicado às crianças, este bailado é um caminho com altos e baixos, alegrias e tristezas, êxitos e desilusões, que conta no seu papel principal com a personagem Quito, desempenhada pela jovem bailarina Rita Soares. Para além da magia da dança, o fim-de-semana setubalense estará preenchido com embriagantes melodias.

Olga Pratts dará um recital de piano no sábado, dia 27, no salão nobre da Câmara Municipal.

Pelos espectáculos que propõe e pelos artistas que congrega, a Temporada de Música e Dança'99 é uma iniciativa a não deixar passar em vão. A não perder!

**POEMA DA SEMANA**  
Seleção de Carlos Carranca

**Poema do pacto de sangue**

*Nobres há muitos. É verdade.  
Verdade. Homens muitos. É muito verdade.  
Verdade que com um lenço velho  
As nossas mãos foram enlaçadas.*

*Nós, como aliados eu digo.  
Panos, só um, tal qual afirmo.  
A lua ilumina o meu feitio.  
O sol ilumina o aliado.*

*Água de Héier! Pelo vaso sagrado!  
Nunca esqueça isto o aliado.  
Juntos, combater, eu quero!  
Com o aliado, derrotar, eu quero!*

*A lua ilumina o meu feitio.  
O sol ilumina o aliado.  
Poderemos, talvez, ser derrotados  
Ou combatidos, mas somente unidos.*

**Traduzido por Ruy Cinatti**  
Portugal/Timor

*Durante uma das suas estadas em Timor, Ruy Cinatti celebrou um pacto de sangue com o chefe de uma linhagem timorense. Por isso, daí em diante, segundo os usos e tradições de Timor, passou ele próprio a ser simultaneamente português e timorense, facto que nunca esquecia.*

Recital

# POESIA PARA TODOS

Carlos Carranca

Jorge Machado piano  
José Manuel Peres viola

25 de Fevereiro, 15 horas  
IPJ - Delegação Regional de Lisboa



## A CRISE DOS MODELOS E AS NOSSAS RESPONSABILIDADES

**A** possível aprovação hoje à tarde pela Assembleia da República da participação portuguesa na concessão de uma facilidade de crédito ao Brasil no valor de 14 mil milhões de dólares (englobando as responsabilidades de bancos europeus e norte-americanos) faz-nos pensar nos variados efeitos que a globalização económica e a mundialização do mercado financeiro vai assumindo bem como nas formas e nos mecanismos que podemos adoptar para nos servirmos da globalização e nos deixarmos ficar atordoados como agentes passivos neste «estranho mundo novo».

A União Europeia encontra-se numa das curvas mais difíceis da sua história de décadas. Esta construção política em que participamos, de um tipo completamente novo, procura reforçar a sua estrutura (a partir da concretização prática do Tratado de Amsterdão), preparar-se para o alargamento (sem diluição dos princípios de coesão) e rediscutir (na Agenda 2000) as perspectivas de financiamento para os anos próximos (até 2006).

E neste contexto, um Governo português solidário com o Brasil, um primeiro-ministro e uma equipa governamental negociando de maneira aturada e lúcida as perspectivas e as soluções que, sendo boas para

Portugal, reforcem a coesão europeia, deparem-se com uma oposição de direita sem um programa sério, sem líderes credíveis, promovendo um debate mistificado, com um comportamento entre o lamentável e o demagógico.

Não se entende o programa político-económico de Marcelo. Só se entende que é para não cumprir. O próprio fascínio fetichista de MRS pelos 2/3, contados de três formas diferentes (na versão Capucho, na forma Mota Amaral e na interpretação «autêntica» do próprio Marcelo) encobre a real insegurança de MRS – só lhe falta a breve prazo pedir 1/3 dos votos do eleitorado.

Não há pois alternativa credível nem à direita nem do lado comunista como contraponto às propostas governamentais. Há até uma crise simultânea e prolongada de dois modelos que têm um peso significativo quer na área comunista quer na zona da direita mais activa.

A crise do modelo comunista, assente numa economia de direcção central e no planeamento imperativo, tornada evidente pela queda do muro de Berlim e pela implosão da União Soviética, tem raízes mais fundas. A falta de flexibilidade e de capacidade de adaptação dos sistemas políticos e económicos comunistas veio a dificultar a sua evolução e provocar em muitos casos

uma brusca transição para economias neoliberais fragilizadas em relação às quais o apoio da União Europeia poderá evitar consequências sociais e económicas de gravidade.

Por outro lado, a crise do modelo neoliberal é bem evidente, embora não tão glosada pelos comentadores órfãos dos «Chicago boys» e admiradores dos abalados ex-«tigras» do Sueste asiático. A década hegemónica do mundo anglo-saxónico por Reagan e Thatcher, sucederam-se as derrotas sucessivas, um pouco por toda a Europa e até nalguns países do continente americano, das posições liberais-conservadoras. Urge, entretanto, ter em conta o forte entrenchamento dos adeptos destas posições no Congresso norte-americano, nas estruturas técnico-administrativas da União Europeia e nos organismos monetários internacionais.

Portugal deverá ter uma posição determinante na concretização de uma aprofundada estratégia nacional (que o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social apresenta com rigor) e de uma estratégia europeia (que a Agenda 2000 deverá reforçar no sentido da coesão económico-social, ultrapassando egoísmos nacionais). Não haver modelo alternativo claro só aumenta as nossas responsabilidades.

«Nunca fui tão cruelmente torturado como em Caxias. Interrogavam-me e batiam-me. Davam-me murros, pontapés. Bateram-me com cassetetes. Caía desmaiado, no meio do chão, e despertavam-me, atirando-me baldes de água fria para a cara, para o corpo. Então, voltavam a espancar-me a interrogar-me novamente.»

**Hermínio da Palma Inácio**

«Estive três meses com o corpo negro e inchado dos espancamentos.»

**Idem, ibidem**

«Sou das pessoas mais críticas em relação às televisões privadas. As televisões do Berlusconi, do Murdoch, têm contribuído para o estado de crise da civilização europeia.»

**António-Pedro Vasconcelos**  
DNA, 20 de Fevereiro

«Não choro e tenho pena. Emociono-me às vezes no cinema. Choro no «A Leste do Paraíso» quando o James Dean se agarra ao pai.»

**Idem, ibidem**

«Os filmes são como as crianças: imaginamo-los bonitos, inteligentes, saudáveis. Depois o filme não nasce como se queria, mas a gente afeiçoa-se a ele.»

**Idem, ibidem**

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_



Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remetereste cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.